



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

ELLI GLAZIELLE DE JESUS RANGEL

**“O PROBLEMA É O QUE ACONTECE NOS BASTIDORES”
OS SIGNIFICADOS SOCIAIS ATRIBUÍDOS AO USO PROBLEMÁTICO DE
ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS POR POLICIAIS MILITARES QUE SE
ENCONTRAM NESTA CONDIÇÃO, EM SALVADOR/BA**

Salvador
2017

ELLI GLAZIELLE DE JESUS RANGEL

**“O PROBLEMA É O QUE ACONTECE NOS BASTIDORES”
O USO PROBLEMÁTICO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS POR POLICIAIS
MILITARES, EM SALVADOR/BA**

Trabalho de conclusão do curso de graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jacqueline Samagaia

Salvador
2017

ELLI GLAZIELLE DE JESUS RANGEL

**“O PROBLEMA É O QUE ACONTECE NOS BASTIDORES”
O USO PROBLEMÁTICO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS POR POLICIAIS
MILITARES, EM SALVADOR/BA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em 01 de Setembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Jacqueline Samagaia - Orientadora

Graduada em Serviço Social - Fundação Universidade Regional de Blumenau/FURB
Mestre em Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC
Doutora em Geografia - Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC
Professora adjunta - Universidade Federal da Bahia/ UFBA

Prof. Dr^a Cristiana Mercuri de Almeida Bastos

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador - UCSal
Mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências - UFBA/UEFS
Doutora em Ciências Sociais - Universidade Federal da Bahia, Brasil(2009)
Professora Adjunta III - Universidade Federal da Bahia , Brasil

Ms Victor Brandão Ribeiro

Graduado em Psicologia - Faculdade Ruy Barbosa, FRB
Mestrado Profissional em Saúde Coletiva - Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
Psicólogo do Centro de Estudos e Terapia de Abusos de Drogas - UFBA , Brasil

A
Auristela, Maria da Conceição e Adriana, minhas mães,
que me ensinaram o real significado do amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me dar os encaminhamentos e sabedoria.

Aos meus pais, Auristela e Edilson, que acreditaram e me fizeram acreditar que eu poderia muito mais. Ser motivo do orgulho de vocês é minha maior alegria!

Aos meus avós lindos, Maria da Conceição, Antônio Batista e Antônio Rangel, minha maior fonte de inspiração na força, sabedoria e resiliência. A minha vó Hildete (*in memoriam*).

Ao meu irmão Pedro, que ao questionar me faz repensar minhas próprias verdades. Ao meu irmão Raí (*in memoriam*), que nessa maldita Guerra às Drogas foi mais uma vítima: “Dos nossos planos é que tenho mais saudade”. Ao meu irmão Júnior, que de longe eu continuo amando.

Aos/as meus/as tios/as maravilhosos/as, que, cada um/a ao seu modo, me ensinaram a não desistir!

Aos meus primos, que do “paraíso” criado na Zona Rural do Dendê ao “bolo de areia” na Zona Rural da Samambaia me ensinaram que a felicidade está nas pequenas coisas. Agradecer aos meus primos da nova geração e aos meus afilhados, que enchem minha vida de alegria e esperança!

À minha orientadora, pela paciência, pela energia positiva, pela torcida e dedicação!

Às minhas amigas e amigos, por compreenderem as ausências e confiarem na minha caminhada!

Aos colegas, professores e servidores da UFBA e também da UFRB, minha primeira casa. Às minhas professoras, do jardim de infância ao Ensino Médio.

Aos policiais militares da Bahia que me ensinaram, na prática, o quanto a realidade é contraditória. Em especial aos cinco policiais que se dispuseram a serem entrevistados, minha gratidão pela entrega, pelo respeito e pela confiança. O objetivo sempre foi respeitar o lugar de fala de vocês, obrigada por aceitarem!

Aos colegas da 2ª CIPM!

À Cap PM Shirley, chefe da Coordenação de Assistência Social (CAS) e ao Major PM Honorato, Diretor Adjunto do Departamento de Promoção Social (DPS), à Sub Tenente PM Ana Cláudia, que foi minha supervisora de estágio, a todas as assistentes sociais do departamento e às colegas de estágio. A todos os policiais que fazem parte do efetivo do DPS. Agradeço também ao Comandante Geral da Polícia Militar da Bahia que autorizou a pesquisa junto ao DPS e ao Diretor deste departamento.

Por fim, quero agradecer ao policial que, ainda durante o meu Curso de Formação de Soldados eu tive contato, era dependente de substância psicoativa: o nosso contato não foi por acaso! Foi a partir da observação da sua triste realidade, e da negligência no seu cuidado, que me fez atentar para essa discussão.

Não se deve passar por um espaço sem deixar nele algo que possa florescer. Essa é a minha humilde contribuição para todos/as guerreiros e guerreiras que lutam numa instituição como a PMBA.

Esse trabalho não é somente meu, é de todos citados acima, por isso, muito obrigada!

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Eduardo Galeano

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir o uso problemático de substâncias psicoativas por policiais militares de Salvador-Ba tendo como destaque os significados sociais atribuídos pelos próprios sujeitos policiais militares em condição de uso problemático dessas substâncias sobre o tema, bem como as estratégias criadas para lidar com essa situação. O interesse pela temática surgiu a partir do estágio curricular obrigatório em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia - UFBA que ocorreu no Departamento de Promoção Social - DPS da Polícia Militar da Bahia - PMBA. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica, pesquisa documental no DPS e de campo com vistas a subsidiar o estudo e a análise proposta. Foram realizadas entrevistas com cinco policiais e um significativo debate teórico sobre a temática para assim contribuir com a discussão do uso problemático de substâncias psicoativas por profissionais dessa categoria profissional. Foi constatado que os policiais militares na condição de uso problemático de substâncias psicoativas vêem na família a fonte de maior apoio, mas também a instituição que mais sofre com o uso problemático; as condições de trabalho policial militar pode desenvolver condicionantes sociais que levam ao uso problemático de substâncias psicoativas; o apoio prestado pelos colegas de trabalho são reconhecidos enquanto importante e perpassa o viés da ajuda e da visão estigmatizada do sujeito, dentre outras questões.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO I	Estrutura hierárquica da PMBA.....	25
QUADRO II	Quantitativo de Policiais Militares no Estado da Bahia em serviço ativo por graduação hierárquica em junho de 2016.....	26
QUADRO III	Salário bruto dos Policiais Militares do Estado da Bahia em Junho de 2016.....	26
QUADRO IV	Especificação da substância psicoativa de uso problemático a partir das fichas de acompanhamento do Serviço Social do DPS de 2009 a 2017	39
QUADRO V	Encaminhamentos realizados de policiais dependentes de droga por instituição de 2009 a 2017	40
QUADRO VI	Atendimento do DPS a policiais usuários de álcool e outras drogas por hierarquia, de 2009 a 2017	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM	Serviço Administrativo
CAP	Capitão
CB	Cabo
CE	Constituição Estadual
CEL	Coronel
CF	Constituição Federal
CFO	Curso de Formação de Oficial da Polícia Militar
CFSD	Curso de Formação de Soldado da Polícia Militar
CIPM	Companhia Independente de Polícia Militar
CAS	Coordenação de Assistência Social
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DPS	Departamento de Promoção Social da Polícia Militar da Bahia
DP	Departamento de Pessoal da Polícia Militar da Bahia
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPM	Estatuto dos Policiais Militares (2001)
MAJ	Major
OP	Serviço Operacional
OPM	Organização Policial Militar
PAIUAD	Política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras drogas
Pfem	Policial feminina da Polícia Militar
PM	Polícia Militar
PMBA	Polícia Militar da Bahia
PMRJ	Polícia Militar do Rio de Janeiro
PNAD	Política Nacional sobre Drogas
RDPM	Regulamento Disciplinar da Polícia Militar da Bahia
SD	Soldado
SEVAP	Serviço de Valorização Profissional da Polícia Militar da Bahia
SGT	Sargento
SUB TEN	Sub Tenente
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEN	Tenente
TEN CEL	Tenente Coronel

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. AFINAL, O QUE SÃO DROGAS?	16
2.1. DESMISTIFICANDO: CONCEITO DE DROGA HISTORICAMENTE SITUADO.....	14
2.2 IMPORTÂNCIA DAS REPRESENTAÇÕES E O CONTEXTO SOCIAL DE USO.....	19
2.3 POLÍTICAS DE DROGAS NO BRASIL	20
3. POLÍCIA MILITAR DA BAHIA	23
3.1. UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	23
3.2. CONFIGURAÇÕES ATUAIS DA PMBA: LEGISLAÇÕES.....	24
3.3 QUEM SÃO OS POLICIAIS: POR TRÁS DA FARDA.....	25
3.4 O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS POR POLICIAIS MILITARES	35
4. ROMPENDO O SILÊNCIO:	43
4.1 TRAJETÓRIA DA PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS.....	45
4.2 PERCEPÇÃO DO USO DE “DROGAS” POR POLICIAIS MILITARES	48
4.3 RELAÇÃO COM OS COLEGAS DE TRABALHO: “O PROBLEMA É O QUE ACONTECE NOS BASTIDORES” (MARROM)”	50
4.4 O PAPEL DA FAMÍLIA	54
4.5 APOIO INSTITUCIONAL E EXTRA-INSTITUCIONAL	56
4.6 PROFISSÃO POLICIAL MILITAR E SUA RELAÇÃO COM O USO DE “DROGAS”	60
4.7 O USO PROBLEMÁTICO INTERFERE NO “BOM ANDAMENTO DO SERVIÇO”?.....	61
4.8 RELAÇÃO COM OS SUPERIORES HIERÁRQUICOS.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	73
ANEXOS	75
ANEXO I - SOLICITAÇÃO AO COMANDANTE GERAL PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA A PARTIR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DA PMBA:	76
ANEXO II - DESPACHO DO COMANDO GERAL	78
ANEXO III - OPNATIVO DO DPS	79
ANEXO IV - ROTEIRO DA ENTREVISTA	80

1. INTRODUÇÃO

O antropólogo, considerado um viajante que passa de um mundo ao outro, acaba sendo, por meio do que escreve e declara posteriormente à pesquisa, uma ponte entre o mundo que estuda e aquele do qual faz parte. Como pertence a um e conhece o outro, traduz, interpreta e explica o segundo para o primeiro.[...] No seu trabalho de dismantelar ideias distorcidas, estereótipos, preconceitos, o antropólogo junta mundos que, pelo afastamento, exclusão e anonimidade, ficam invisíveis um ao outro.

(ZALUAR, 2012, p. 205)

O uso de substâncias que modificam as reações naturais do corpo são práticas que acompanham o desenvolvimento da humanidade. O conceito do que sejam “drogas” remonta a discussões de ordem jurídicas, sociológicas, médicas, psicológicas, dentre outras abordagens. A perspectiva adotada no presente trabalho, concordando com diversos autores, é de que substâncias psicoativas são as que têm a propriedade de promover alterações nas condições de naturalidade do corpo humano (BERGERON, 2012; FIORE, 2013). Dessa forma, drogas seriam, na perspectiva desse trabalho, entendidas como sinônimo de substâncias psicoativas.

Segundo Bergeron (p.13, 2012) “O termo 'droga' designa uma substância, natural ou sintética, capaz de mudar os estados de consciência, como, por exemplo, a maconha, a cocaína, a heroína, o ópio, o álcool ou os remédios psicotrópicos.”.

São estabelecidos socialmente conceitos duais sobre o que seriam drogas: Um mais amplo, que considera drogas toda substância que tem o potencial de alterações físico, químicas e psicológicas no ser humano e outro que defende uma abordagem da droga enquanto um leque de várias substâncias que, no desenvolvimento da humanidade, foram consideradas, classificadas e hierarquizadas enquanto tais. Partindo desse pressuposto e fazendo as escolhas teóricas relatadas, o termo “drogas” poderá aparecer no decorrer deste estudo, tanto com seu significado mais amplo como, por vezes, mais restrito. Considerando que nossa escolha defende o ponto de vista de que não existe lógica entre as subdivisões criadas socialmente entre as drogas, quando nos referirmos às estas substâncias no sentido mais restrito e socialmente utilizado como tal, o termo “drogas” estará entre aspas. Assim, acreditamos que as classificações das drogas por vários critérios, inclusive o jurídico, são realizadas por motivações socialmente construídas. Nas palavras de Bergeron (p.8, 2012):

[...] não existe necessidade medicinal, quer psicopatológica quer farmacológica, que possa justificar por si só as classificações jurídicas dos entorpecentes. Essa constatação bastante banal nos convida a reconhecer que a categorização social de uma substância como 'droga'

e sua classificação jurídica como 'entorpecente' dependem muito mais de uma 'convenção social e cultural'.

Buscamos partir, neste estudo, de um conceito amplo do que são drogas, nos propondo a problematizar as motivações de determinadas drogas serem reconhecidas enquanto tal, enquanto outras não. Dessa forma, iremos focar naquelas drogas que socialmente são vistas como problemáticas com relação ao seu uso, discriminando-as.

Por outro lado, a discussão traçada neste estudo não pretende problematizar os condicionantes e/ou consequências das substâncias psicoativas na fisiologia do ser humano, no que tange à personalidade e o comportamento. O objetivo é discutir o uso de drogas dentro do contexto social da sociedade, das instituições e dos grupos. No caso específico deste trabalho, busca-se entender como o contexto do trabalho vivido por policiais militares, em Salvador (BA), está implicado com o uso abusivo de “drogas” por estes sujeitos.

O que se pretende é entender como os sujeitos da pesquisa atribuem significado social à substância que usam, os riscos desencadeados a partir do uso, e como passam a se relacionar entre si e com a instituição Polícia Militar da Bahia a partir do uso destas substâncias, sublinhando o papel do Estado e sua ação/omissão com relação às problemáticas advindas do uso/abuso e dependência de drogas. Neste contexto, seguimos a orientação de Zaluar (2011, p.5) quando afirma que: “Não há como entender esses processos e mudanças sem incluir os significados subjetivos que os usuários e as pessoas que os cercam emprestam à droga, ao contexto do uso e ao lugar do usuário.”

O uso de drogas geralmente é tratada com tendências à generalização que coloca todos tipos de substâncias numa mesma categoria, como se todas as drogas tivessem os mesmos efeitos e/ou como se todos os usuários de drogas fossem iguais. Porém, as formas de uso sofrem influência de variáveis como contexto social, econômico e cultural em que está envolvido o sujeito consumidor desta substância. Desta forma, tem relação como o lugar em que o usuário ocupa na sociedade. Compreender as diferentes dinâmicas societárias em que estes sujeitos se inserem nos indica quais condições podem aumentar ou diminuir o seu sofrimento.

A análise ora proposta parte do pressuposto que o policial militar que faz uso de “drogas” possui uma série de especificidades que perpassam o seu uso, que vão desde a motivação para o uso, o cuidado dispensado e o tratamento quando o uso se torna problemático. Acredita-se que a instituição polícia militar pode interferir no processo de uso, ao produzir condicionantes sociais que impulsionam ao uso de “drogas” por seus profissionais. Na pesquisa feita por Minayo (et all, 2008) com policiais do Rio de Janeiro, aparece a discussão do uso de “drogas” por policiais militares e a afirmação da autora de que as drogas são, muitas vezes, utilizadas pelos policiais na busca da possibilidade de amenizar a tensão, sensação de estresse decorrente do cotidiano de sua atividade.

Nas palavras da autora:

Outro fator associado ao estresse profissional e que interfere negativamente na vida dos trabalhadores é o consumo exagerado de substâncias tóxicas. Os estudiosos do fenômeno da adição às drogas nos ensinam que o abuso é mais um sintoma do que um problema que começa e termina em si mesmo. Esse fenômeno se vincula, sobremaneira, à necessidade que os indivíduos sentem de buscar algum nível de satisfação e alívio das tensões por meio de estratégias que os afastem da realidade dura que precisam enfrentar. (MINAYO et all, 2008, p.230)

A motivação para estudar este tema surgiu da experiência da autora no Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social, componente da grade curricular do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia - UFBA, que foi desenvolvido no Departamento de Promoção Social – DPS da Polícia Militar da Bahia – PMBA, mais especificamente, na Coordenação de Assistência Social – CAS. O estágio ocorreu entre janeiro de 2016 e maio de 2017, possibilitando à estagiária observar, refletir, interferir na realidade social dos policiais militares da Bahia. Outra motivação foi a vivência do cotidiano profissional da autora enquanto soldado da polícia militar da Bahia, que, desde o Curso de Formação de Praças - CFSD da PMBA observa a relação da problemática advinda do uso de “drogas”, bem como essa situação se relaciona com a condição de policiais militares desses sujeitos.

Como primeira etapa para realização deste estudo foi desenvolvida a fase de cunho exploratório, com objetivo de aproximação da realidade estudada. Foram relacionadas informações importantes para a caracterização e contextualização da instituição e dos policiais militares com foco no uso/abuso de substâncias psicoativas. Para além da observação no campo de estágio e no cotidiano profissional, foi estabelecido diálogo informal com pessoas que teriam envolvimento com a temática. Dentre elas, com a supervisora de estágio que escreveu uma dissertação de mestrado cujo título é “A Interseção entre Saúde e Segurança Pública: Um estudo sobre prevenção, reabilitação e reinserção de policiais militares adictos”¹.

Como se trata de uma realidade complexa em que diversos fatores causais se relacionam, a pesquisa realizada foi de cunho qualitativo uma vez que esse tipo de pesquisa permite a análise mais aprofundada dos diversos elementos que interferem no objeto de pesquisa e uma aproximação maior entre o/a pesquisador/a e as relações sociais pesquisadas. Nesse tipo de pesquisa é mister entender os processos dando ênfase, não somente à sua singularidade, mas abarcando a análise do seu processo histórico e confrontando com a atualidade. Escolhemos a entrevista semi-estruturada por permitir uma liberdade maior de fala do sujeito sobre a temática, sem limitar suas formas de expressão com perguntas muito fechadas. Sobre isso Edward MacRae¹ (2004, p.30) infere que: “O

1 Neste trabalho a autora faz uma análise das experiências de polícias militares de outros estados com relação ao tratamento, reabilitação, reinserção de policiais adictos. Discute como a instituição PMBA trata o policial que é acometido por dependência química.

roteiro é concebido como um guia e não como uma amarra, permitindo ao entrevistador introduzir novas perguntas *ad hoc* que possam contribuir para o esclarecimento ou aprofundamento das informações colhidas.” O importante na pesquisa é a profundidade das reflexões feitas. Além disso, a entrevista como instrumento de coleta de dados no campo, permite observar as expressões corporais do entrevistado.

A pesquisa que nos propomos, baseada no materialismo histórico, busca entender os múltiplos significados da situação de uso de drogas por policiais militares. Como afirma GIL (2008, p.23,):

Quando, pois, um pesquisador adota o quadro de referência do materialismo histórico, passa a enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais. A partir da identificação do modo de produção em determinada sociedade e de sua relação com as superestruturas (políticas, jurídicas, etc) é que ele procede à interpretação dos fenômenos observados.

Para melhor compreender a realidade estudada, propomos uma caracterização mais apurada dos sujeitos da pesquisa. Para tanto foi realizado, com vistas à sistematização e análise, pesquisa documental a partir de documentos do setor de Serviço Social do DPS onde são registradas as informações referentes aos policiais militares lotados em Salvador que fazem uso considerado problemático de substâncias psicoativas e já foram atendidos pela instituição.

Para dar início à pesquisa, tanto a qualitativa, por meio das entrevistas, quanto a pesquisa documental, foi enviado um documento para o Comandante Geral da Polícia Militar da Bahia solicitando autorização para realizar a pesquisa a partir da instituição². O processo de coleta de informações a partir da pesquisa documental foi de extrema importância para a delimitação da quantidade de policiais militares atendidos pelo DPS na situação de uso de drogas e uma caracterização aproximada do perfil dos policiais nessa condição na instituição.

Analisar realidades complexas como a do uso de drogas pressupõe a investigação a partir dos diversos aspectos que a abarcam. No entanto, o estudo dessa temática do ponto de vista dos sujeitos que fazem uso possibilita se aproximar dos significados sociais atribuídos por estes sujeitos às drogas, dando voz aos sujeitos em uma perspectiva que privilegie suas experiências.

Com vistas à realização da entrevista, foi mantido contato com policiais que já foram atendidos pelo DPS e outros que tenham algum envolvimento e/ou que fazem uso considerado problemático de alguma “droga” a partir de contato com Organizações Policiais Militares (OPM).

Neste panorama, foram selecionados 05 (cinco) policiais militares para serem entrevistados: três deles já foram atendidos pelo DPS e dois, não. O uso de álcool enquanto substância psicoativa é recorrente entre 04 entrevistados e 01 faz uso de cocaína.

2 A autorização foi concedida, conforme Anexo I.

As entrevistas foram realizadas de acordo com a disponibilidade dos sujeitos pesquisados, quanto a local e horário. Os policiais foram esclarecidos sobre o objetivo da entrevista e exposto o roteiro. Apesar de não ter sido fácil encontrar voluntários, acreditamos que o fato da pesquisadora ser policial possibilitou uma maior confiança por parte dos policiais que se voluntariaram em colaborar com a pesquisa, possibilitando esclarecimento maior sobre a temática.

Foi constatado que os policiais que fazem uso problemático de “drogas” na PMBA identificam que o início desse uso se deu de forma multi-causal, numa relação dialética entre as várias esferas da vida – familiar, profissional, inter-pessoal. Os que fazem uso de álcool relatam que a princípio esse uso era “normal”, “natural”, como parte da cultura, mas que em algum momento se tornou problemático, quer seja por questões familiares, quer seja pelo estresse e pressões do ambiente de trabalho. O policial que faz uso de cocaína atribuiu o uso à questões de sofrimento de ordem familiar, embora tenha alegado que também fazia uso “normal” de início. Como a maioria dos entrevistados, este também admite que questões relacionadas ao trabalho o impeliram ao uso problemático da substância.

As relações estabelecidas entre os policiais e suas famílias perpassam o viés da proteção recíproca, mas também são atravessadas por cobranças e sofrimento, demonstrando o quanto essa instituição é responsabilizada e exigida socialmente, o que ocorre pela falta de outras instituições atuando nas diversas necessidades dos sujeitos, tais como as condições de trabalho, saúde, lazer, educação.

A profissão policial militar é vista pelos sujeitos enquanto instituição que tem um papel importante em suas vidas, mas também enquanto fonte de estresse, pressões, exigência e sofrimento, principalmente quando focam a atenção para a instituição em si (e não na profissão). Na busca de formar um ser-policial-militar ideal, a polícia militar em suas legislações e na reprodução social do cotidiano, corrobora uma perspectiva de ser humano acima da média, “superior ao tempo”, avesso ao sofrimento e à dor, sem levar em consideração as condições precárias relacionadas ao trabalho e à fragilidade inerente a todo ser humano. Essa perspectiva perpassa a vida desses policiais que se vêem tolhidos de coragem de solicitar apoio em suas situações de doença ou que denotem algum tipo de fragilidade, tendo como consequência a sub-notificação e o aprofundamento do adoecimento.

Os serviços prestados pela PMBA para os policiais que fazem uso problemático de “drogas”, por meio do DPS, são vistos pelos sujeitos ao mesmo tempo como uma fonte de apoio, mas também caracterizado como precário e esporádico. Já as instituições extra-institucionais que eles recorreram foram clínicas particulares em situações de surto psicótico, centros de acolhimento e tratamento filantrópicos e vinculadas à religião. Constatou-se portanto, ao longo da pesquisa realizada para subsidiar este estudo, que os policiais que fazem uso problemático de drogas recorrem ao apoio nas

mais diversas instituições, porém sempre de forma tardia e em casos extremos. Não há na PMBA, conforme pudemos observar, uma sistemática que alie a perspectiva preventiva, curativa, nem tão pouco reabilitadora do policial nessa condição

Na primeira parte do trabalho fazemos uma análise sobre o conceito de drogas e seu desenvolvimento histórico, discutindo a perspectiva criminalizadora do seu uso e comércio, e as políticas de drogas no Brasil. No segundo momento, discorremos sobre a PMBA, sua relação de poder, suas legislações e valores institucionais; situamos os sujeitos trabalhadores e suas relações, bem como os impactos das condições de trabalho na sua vida. Além disso, nesse capítulo, fazemos a discussão sobre os policiais militares que fazem uso problemático de “drogas”.

2. AFINAL, O QUE SÃO DROGAS?

2.1. DESMISTIFICANDO: CONCEITO DE DROGA HISTORICAMENTE SITUADO

[...] são as pessoas e sua subjetividade, na objetividade da realidade social e não as drogas a suposta autonomia do efeito delas. (ESPINHEIRA, 2004, p.20)

É praticamente consensual entre os autores que discutem a temática “drogas” estabelecer que o consumo destas substâncias confunde-se com a própria história da humanidade, não permitindo apontar um marco temporal para o seu início. Edward MacRae (p.3, 2001) pontua que “desde a pré-história os membros das diferentes culturas humanas tem sabido utilizar plantas e algumas substâncias de origem animal para provocar alterações de consciência com os mais variados fins.” Isso significa que o desenvolvimento das sociedades é acompanhado pelo uso de drogas nos seus mais diversos contextos sociais, históricos, culturais, familiares.

O próprio conceito de droga não tem unanimidade entre os especialistas das diversas áreas do conhecimento. Em geral, vem variando de acordo com os contextos históricos-sociais-culturais conotando uma série de significados atribuídos à estas substancias.

Há muito tempo o ser humano faz uso de substâncias que alteram sua condição psicológica nos mais diversos contextos. “De fato, há indícios arqueológicos do uso de substâncias “psicoativas” em épocas tão remotas como o paleolítico e lugares tão longínquos como a Sibéria. [...]” (VARGAS, 2001, p.121).

Vargas (2008) defende que o conceito de “drogas” é polissêmico e complexo. Dentro desse contexto, entende as drogas não somente enquanto substância que desencadeia alterações psíquicas e/ou corporais e cujo uso é objeto de repressão por parte do Estado. Esta perspectiva abarca um conceito mais amplo do que sejam drogas, o que Mintz (apud Vargas, 2008) chama de “alimentos-drogas” que seriam exemplos o açúcar, café, chá, chocolate e também os popularmente chamados de medicamentos ou fármacos. Nesta direção, este conceito mais amplo do que seria “droga” contrapõe-se àquele mais restritivo e assimétrico que tem como base a separação entre drogas lícitas e ilícitas o qual trata desta questão como uma partilha moral e médico-legal; ou ainda entre drogas e medicamentos, alimentos, cosméticos, etc.

Vargas (2008) atribui à emergência do vocábulo “drogas” às grandes navegações européias em busca de especiarias e o contato com outras civilizações. As drogas ou especiarias eram substâncias exóticas que dariam espaço para novas possibilidades e conquistas. Já os chamados “alimentos drogas” emergem no processo de declínio da importância das especiarias no tráfico internacional e o surgimento de um novo grupo do que o autor chama de “alimentos de luxo” que seriam o café, o chá, as bebidas alcoólicas destiladas, o tabaco. Todas essas substâncias vieram de

fora da Europa. Outra característica comum é a motivação para a crescente demanda ocidental que, segundo Vargas (2001, p.165) obedeceria:

[...] a certas razões de ordem prática que convém destacar: enquanto as bebidas quentes, leves, estimulantes e não alcoólicas (como o chá, o café e o chocolate adoçados) se conformam com os ditames do capitalismo emergente e seus reclamos por sobriedade, racionalidade e disciplina no trabalho, o tabaco e as bebidas alcoólicas destiladas tornam mais suportáveis a crescente (o) pressão disciplinar e as precárias condições de vida que se abatem sobre os mais pobres ao entorpecê-los. Enquanto isso, o açúcar, rico em calorias, além de fornecer energia indispensável para o trabalho, adoça tudo aquilo com que ele se mistura...

A análise do autor atribui ao contexto que emerge com o início do capitalismo o conceito de droga relacionado aos significados atribuídos a elas naquele momento, no sentido de contribuir com o enfrentamento do cotidiano de vida difícil, podendo assim, “adoçar” o amargo da vida. Nessa mesma perspectiva Edward MacRae (2001, p.10) infere que “membros das classes mais desprivilegiadas também faziam amplo uso de medicamentos baratos contendo opiáceos e cocaína, assim como do álcool para fazer frente às mazelas sociais provocadas pela Revolução Industrial.”.

Já o uso de drogas com fins terapêuticos e o nascimento da clínica, segundo Foucault (apud Vargas, 2008), entre o século XVIII e XIX significaram um avanço da medicina no trato às patologias. Desde o período Renascentista existem discussões sobre seus reais efeitos. Ao final do século XVIII, iniciaram tentativas de eliminação de determinadas substâncias das práticas médicas por serem consideradas perigosas e/ou duvidosas. No século XIX, a partir dos avanços na área da química, foram introduzidos novos produtos aos já existentes. Apesar desse incremento terapêutico, nenhuma teoria contemporânea à estes avanços era capaz de explicar amplamente sua real eficácia e seus mecanismos de ação. Durante o século XX, também a forte contribuição da química, a criação de novos fármacos foi constante. Em que pese a contribuição positiva desses novos fármacos para medicalização eficaz e longevidade das pessoas, esse processo não ocorreu sem entraves e sem efeitos negativos.

Nota-se, portanto, que a proibição a determinadas substâncias em detrimento de outras é algo muito recente na história da humanidade. Mais precisamente, é recente a visão de um conjunto específico de substâncias e suas modalidades de uso enquanto problemáticas, caracterizando o que Vargas (2008) chama de “problema de drogas”.

Sobre esta questão, Fiore (2008, p.146) diz que:

[...] embora o consumo sistemático de substâncias consideradas capazes de alterar de alguma forma a consciência ou o Sistema Nervoso Central (SNC) tenha sido constatado desde tempos remotos, foi somente ao longo do século XX que algumas dessas substâncias se tornaram objeto de diversos saberes, falas, práticas e controvérsias, constituindo, assim, um campo de atenção e de debate e, principalmente, em preocupação de Estado. No decorrer desse processo, algumas substâncias psicoativas foram classificadas genericamente como “drogas” e, assim, sua produção, distribuição e consumo conformam-se,

contemporaneamente, como uma questão das “drogas”, assumindo definitivamente o estatuto de um problema social.

Assim, “droga” passou a ser preocupação e tema de debate público na modernidade, sugerindo um viés moralizador e claramente pessimista com foco nas suas possíveis consequências no corpo das pessoas (dependência, abstinência, etc.) e social, no sentido da suposta violência causada por essas substâncias.

Segundo Fiore (2013), geralmente o termo “drogas” se refere a algumas substâncias específicas (conceito restrito), não caracterizando o conjunto das substâncias que ocasionam algum tipo de alteração no Sistema Nervoso Central (SNC) (conceito amplo). Estas, por sua vez, são chamadas de “substâncias psicoativas”. Nas palavras do autor:

Substância psicoativa é o termo científico contemporâneo mais consensual para definir os compostos, extratos, plantas, pílulas, bebidas, pós, gases, enfim, qualquer excipiente que contenha moléculas às quais são atribuídas a propriedade de alterar o funcionamento neural, o sistema nervoso, a percepção ou a consciência humana. (FIORE, 2013, p. 15)

Vargas (2001) traz uma discussão acerca dos vários conceitos de droga. Os significados atribuídos ao vocábulo droga são bem diversos. Deste modo, o autor dividiu em dois grupos o conceito. Genericamente, droga é denominada enquanto um conjunto amplo de substâncias e modalidades de uso; para além disso, pode ser entendida enquanto um juízo de valor de cunho depreciativo. Segundo o autor, o conceito restrito da palavra “droga” refere-se a determinadas substâncias designadas enquanto “estupefantes”, “alucinógenos”, “narcóticos”, “tóxicos”, etc.

As políticas em vigor sobre “drogas”, pelo mundo, salvo algumas exceções, pautam-se na distinção entre drogas e fármacos e a proibição é feita a qualquer uso que não seja médico de praticamente todas as “drogas” consideradas como psicoativas. A exceção mundial é o álcool e o tabaco. (VARGAS, 2008, p.54)

Esse processo de criação de políticas de repressão a determinadas drogas abrange praticamente todos os países a partir do século XX. A legislação proibicionista nega, inclusive, o uso cultural e ritualístico de algumas substâncias. (FIORE, 2013), MACRAE (2001)

Para além da polarização da discussão sobre drogas, os medicamentos são colocados enquanto paladinos do bem, sem reconhecer seus malefícios e condenando o uso de outras drogas, as ilícitas, por serem uma espécie de representação do mal. Conforme Vargas (2008, p.58):

[...] em vez de ficar apenas com o caráter doentio, desarticulador e destrutivo da experiência do consumo não medicamentoso de drogas – isto é, de se colocar exclusivamente do ponto de vista da saúde – ; em vez de também ficar apenas com o caráter inebriante e festivo da experiência do consumo de drogas – isto é, de se colocar exclusivamente do ponto de vista da doença –, ou, em suma, em vez de ficar com a moral e suas partilhas que submetem a existência à oposição de valores transcendentais, caberia, a meu ver, pôr a discussão em termos éticos que revelem uma pluralidade de modos de

existência imanentes. Enfim, no lugar de opor moralmente os valores do bem e do mal e prescrever o uso de certas drogas, como os medicamentos, porque elas fazem o bem enquanto se condena o uso de outras drogas, as ilícitas, porque elas encarnam o mal – ou então tudo às avessas, fazer uma apologia das drogas ilícitas enquanto se descuida do uso de drogas lícitas –, trata-se de insistir eticamente, ao modo de Spinoza, sobre a diferença qualitativa dos modos de existência.

A insuficiente análise que problematize a complexidade do tema drogas nos seus mais variados âmbitos tem desencadeado uma relação simplista e pragmática, sem analisar os diversos contextos nos quais se dão o seu uso. Esse processo desemboca numa visão estigmatizada do usuário e da droga.

1.2. IMPORTÂNCIA DAS REPRESENTAÇÕES E O CONTEXTO SOCIAL DE USO

O consumo de drogas é uma realidade entre as mais diversas gerações, culturas, profissões, sexo, etc. Portanto, a análise dos significados atribuídos à droga pelo sujeito usuário serão diferentes, dependendo de toda a trama social que perpassa o seu uso.

A “droga” ser vista como um problema social faz parte do contexto da sociedade recente, quando foram sistematizadas, classificadas e até hierarquizadas de acordo com suas funções segundo a ciência e, em especial, a medicina. Essa construção do que seja droga vai legitimar socialmente quais são aceitas e quais terão seu uso regulado, controlado, tornado ilegal. Dessa forma, inicia-se um processo de “demonização” de determinadas drogas:

Para esconjurar os malefícios que associamos às “drogas”, as alternativas mais amplamente difundidas ao longo deste século giraram em torno de expedientes preventivos e repressivos e acionaram especialmente padres, médicos e policiais. Entre a prevenção e a repressão, não é difícil perceber, entretanto, que a segunda tem suplantado a primeira como alternativa mais ativada. (VARGAS, 2001, p.29)

A regulação do uso de determinadas drogas, configurado na atualidade como “guerra às drogas”, se expressa muito mais como uma guerra contra as pessoas que usam drogas, mas não todas as drogas, nem todas as pessoas. Nas palavras de Karam (2015, p.36): “Os alvos preferenciais da 'guerra às drogas' são os mais vulneráveis dentre esses produtores, comerciantes e consumidores. Os 'inimigos' nessa guerra são os pobres, os marginalizados, os negros, os desprovidos de poder [...]”.

Assim, o uso de drogas varia de acordo com o contexto no qual está inserido, de modo que analisar a temática pressupõe discutir os diversos âmbitos em que se dá o seu uso, quer seja do usuário com a família, com o seu trabalho, com outros usuários de drogas, quer seja com a cultura e condição social. Como salienta Zaluar (2011, p.2-3):

Há um consenso entre os estudiosos do assunto de que as substâncias psicoativas fazem

parte das sociedades humanas desde tempos imemoriais, mas o lugar que essas substâncias ocupam na vida social, a forma de iniciação e o uso contínuo delas variam de sociedade para sociedade em diferentes tempos históricos.

Importa, para além da discussão da origem e processo histórico de categorização das drogas, entender como os seres humanos que fazem o uso das mesmas estabelecem relações entre si e com a substância. Zaluar (2011, p.4), sobre a trajetória vivida por usuários de drogas, infere que:

No processo social que não é obrigatoriamente o de todos eles, a trajetória seguida pelo usuário pode variar segundo as escolhas pessoais dele, mas também segundo a reação dos seus familiares e membros de outros grupos sociais, inclusive a escola e a vizinhança, diante dele. Uns continuam lutando para manter o limite sobre o uso, mesmo de substâncias altamente viciadoras, para manter as ligações com a família e demais grupos sociais estáveis na escola, na vizinhança ou no trabalho, enquanto outros desistem de todo controle pessoal sobre o seu corpo e sua mente, de todo laço social, alienando-se e perdendo qualquer sinal de independência, como acontece com muitos usuários de crack que permanecem na rua onde usam descontroladamente esta substância.

Face à estas considerações, afirmamos ser de extrema importância discutir e situar historicamente o que são “drogas”, e como chegamos, na atualidade, a um “problema de droga”, fundamentado na sua criminalização e hierarquização. No entanto, caminhamos com base em Zaluar (2011) concordando que não podemos perder de vista que as relações estabelecidas e os significados atribuídos pelos sujeitos que fazem uso da substância é o que vai definir como se dará este envolvimento. Buscamos, neste estudo, contribuir com a discussão do tema, seguindo nesta direção.

2.3 POLÍTICAS SOBRE DROGAS NO BRASIL

Segundo Costa *et all* (2015), a emergência no Brasil de intervenção nos problemas associados ao uso de álcool e outras drogas só ocorreu no início do século XX, numa postura eminentemente proibicionista pautada na “guerra às drogas”. Essa tendência brasileira percorreu todo o século e teve como base deliberações e acordos realizados com organismos internacionais, entre eles a Organização das Nações Unidas (ONU). A partir de 1970 o discurso médico entra nesse contexto rotulando determinadas substâncias e os usuários delas, passando agora a serem vistos, para além de criminosos, doentes. Neste contexto, “temos então o discurso médico reforçando processos de patologização e também a exclusão dos usuários de álcool e outras drogas.” (idem, p. 44). A partir dessa nova perspectiva, começaram a ser desenvolvidas estratégias para prestar assistência aos usuários de drogas, dentre elas os hospitais psiquiátricos. Concomitante a isso, perduram as posturas de controle e combate às drogas consideradas “ilegais”. Os autores pontuam que na década de 1980, quando se desenvolve a Reforma Psiquiátrica e consolidação do Sistema Único de Saúde – SUS, o tema das “drogas” eleva-se no discurso público como questão de saúde

pública, numa perspectiva mais avançada das diversas problemáticas advindas do uso problemático de “drogas”.

Apesar desse progresso, apenas no final da década de 90 e início dos anos 2000 começam a ser criadas políticas específicas para essa categoria. Os principais marcos dessa conjuntura são: “1) a criação, em 2002, e reformulação em 2005, da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) [...]; 2) o desenvolvimento [...], em 2004, da Política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras drogas (PAIUAD); 3) a promulgação da Lei n. 11.343/2006, representando a nova legislação brasileira sobre drogas.” (ALVES apud COSTA et all, p. 45-46, 2015).

Levando em consideração a multi-causalidade do uso problemático de “drogas”, a perspectiva adotada que conceitualmente mais se aproxima para materialização da rede de atenção ao usuário de drogas que defendemos neste trabalho é a que está pautada na perspectiva de saúde pública. Desta forma, entende-se que a questão do uso de drogas deixa de ser um problema individual, quando utilizada de forma abusiva, para ser coletivo, ou seja, um problema de saúde pública. Como tal, devem-se levar em consideração os diversos contextos de uso, as singularidades dos sujeitos, sem perder de vista a totalidade do contexto em que estão inseridos os sujeitos. A escolha da perspectiva de saúde pública perpassa a abordagem das demandas advindas do uso problemático de “drogas” tendo como foco a promoção e o direito à saúde como direito de todos e dever do Estado. Conforme Bello (2015, p.18):

Para a saúde pública, a abordagem do uso de substâncias e suas consequências está focada na pessoa e seu direito à saúde. Considera-se uma dimensão coletiva, que inclui consumidores e não consumidores, em seus diferentes contextos sociais e graus de vulnerabilidade. A complexidade dos problemas a serem abordados demanda uma ampla gama de intervenções, nas quais o setor saúde é central, porém requerendo uma resposta multissetorial coordenada, com participação da sociedade civil.

O uso problemático de “drogas” por se relacionar com as diversas esferas da vida do sujeito, propõe uma abordagem no sentido do seu enfrentamento que também deve ser feito pelas diversas frentes disponíveis. No entanto, isso não significa que deva ser realizada de forma pontual e segmentada, com cada setor da saúde pública e da sociedade em geral agindo de forma esporádica e sem comunicação entre si. A partir dessa constatação sublinha-se a importância das redes, que remete, no âmbito da saúde pública, às redes de atenção aos usuários de álcool e outras drogas. Essas redes têm como objetivo organizar os serviços para um determinado público-alvo:

As redes de atenção aos usuários de álcool e outras drogas aparecem enquanto concepções abrangentes que agregam diversos setores e suas respectivas características, de modo integral. [...] visando a promoção de saúde, prevenção e atenção aos usuários de drogas. Nesse sentido, a base para sua conformação são as Redes de Atenção à Saúde (RAS) e suas pressuposições. (COSTA et all, 2015, p. 46)

As políticas públicas são traçadas, muitas vezes, como fruto da pressão dos trabalhadores por melhores condições de vida que se materializam a partir do reconhecimento do Estado capitalista. Dessa forma, situamos as políticas públicas como enfrentamento do estado às expressões da questão social a qual, segundo Iamamoto (grifo original, 2010, p.268)

[...] é indissociável da forma de organização da sociedade capitalista, e diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais nela engendradas, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, *desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.

Dessa forma, situamos a intervenção do Estado nas expressões da questão social, por meio de políticas públicas, enquanto mediação da relação capital/trabalho uma vez que essa relação produz desigualdades. A formulação dessas políticas é feita, portanto, no âmbito de conflito de interesses no seu processo e tentativas de conciliações de tensões sociais. O ideal seria que essas formulações tivessem como base o conhecimento científico sobre a temática e um debate amplo com a sociedade e os sujeitos demandatários de tal política. Porém, nem sempre é isso acontece. No que tange às políticas sobre drogas ocorre um distanciamento entre o conhecimento científico e a positivação das políticas, contexto em que autores como Bello (2015) chama atenção para a necessidade de-incorporar o avanço que ocorreu nas últimas décadas na ciência no que diz respeito ao conhecimento sobre substâncias psicoativas, seus efeitos, processos, sendo que esse conhecimento deveria ser a base para a formulação das políticas. No entanto, segundo o autor, “a lacuna entre o conhecimento científico alcançado sobre esse tema e as ações implementadas é enorme.” (Idem, p.20).

3. POLÍCIA MILITAR DA BAHIA

HINO DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA

*Centenária milícia de bravos
Altaneira na fé e no ideal
Atravessaram da Pátria as fronteiras
Tuas armas, tua glória, teu fanal*

*Força invicta da terra brasileira
Na Bahia irrompeu varonil
Desfraldando do Império, a Bandeira
Das primeiras a surgir no Brasil.*

*Pelejaste no Brasil e no estrangeiro
Sob o Império e na República também
Jamais derrotas sofreram tuas armas
Quer aqui ou em plagas além*

*No sul do País norte ou centro
Memorados são os teus brasões
Teu heroísmo cantaram os pampas
Teu denôdo proclama os sertões*

*Da Pátria é também tua história
Criada fostes com a emancipação
O teu sangue regou nosso solo
Ajudaste a edificar a nação*

*Centenária milícia de bravos
Altaneira na fé e no ideal
Atravessaram da Pátria as fronteiras
Tuas armas, tua glória, teu fanal*

3.1 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Começamos esse capítulo, que tem por objetivo uma breve exposição da história da Polícia Militar da Bahia, com o Hino dessa instituição, uma vez que este faz alusão à trajetória desta instituição, a polícia, que será discorrido adiante.

A origem da polícia, segundo Martins (2012), remonta a Grécia Antiga enquanto parte integrante do Estado que tinha como objetivo a proteção das cidades. O próprio termo “polícia”, segundo o mesmo autor, deriva da palavra grega *polis* (cidade). Com base em Weber, o autor analisa a formação da polícia enquanto organização burocrática a partir do desenvolvimento do Estado Moderno “vindo a compô-lo com atribuições legais de manter a ordem e a segurança pública, fazendo cumprir as leis e as normas sociais para a manutenção da convivência pacífica entre as pessoas, valendo-se, inclusive, da violência legal.” (idem, p. 44).

No Brasil até os anos 1603 não existia uma organização policial, configurando-se como primeiro esboço dessa estrutura a Guarda Escocesa, trazida por Villegaignon, em 1555. A formação original dos quadros da polícia era pautada na tradição patrimonial portuguesa: “Homens de grande poder aquisitivo obtinham a honraria de comandar um corpo policial e, em contrapartida, pagavam por ele ou buscavam recursos com pessoas abastadas para manter suas praças.” (MINAYO et all, 2008, p. 50)

Com a chegada da Família Real no Brasil, no século XIX, é constituída a Guarda Real de Polícia que se configura enquanto delineamento do que mais tarde se conformaria enquanto estrutura policial. O processo de independência do Brasil não se estabelece de forma unânime em todos os Estados, dentre uma das exceções foi a Bahia. As lideranças portuguesas, representadas principalmente pelo General Madeira de Melo, se recusaram a sair do Estado após a Independência ter sido promulgada no Rio de Janeiro e ter se estendido para grande parte do país, permanecendo as forças portuguesas até 1823. Neste período, a passagem do Imperador D. Pedro I pela Bahia intensifica a necessidade do aporte de uma força policial para garantir a segurança do império recém-formado (OLIVEIRA, 2012, p.31).

O Corpo de Polícia da Bahia foi criado provisoriamente, sendo um esboço do que seria a Polícia Militar da Bahia – PMBA, a partir do Decreto Imperial de Dom Pedro I, em 17 de fevereiro de 1825, que “Manda organizar na Cidade da Bahia um Corpo de Polícia”. A instituição policial na Bahia, portanto, surgiu num contexto de consolidação do processo de independência brasileira. Nas palavras de Aranha (1997, p. 15):

A quartelado inicialmente no Convento de S. Bento [...], com efetivo de 238 homens, cabia ao novo Corpo de Polícia tarefa de zelar pela aplicação das posturas municipais e pela manutenção da lei e da ordem pública em razão das inúmeras áreas de atrito então existentes.

A PMBA emerge enquanto necessidade do Estado de manutenção da ordem pública se configurando, como diz no seu hino, como uma das primeiras a surgir no Brasil, perpassando os diversos contextos político, econômico e social do país.

3.2 CONFIGURAÇÕES ATUAIS DA PMBA: LEGISLAÇÕES

Atualmente, as polícias militares dos Estados brasileiros são independentes entre si, subordinando-se cada qual ao seu Estado. A Polícia Militar da Bahia é uma entidade de direito público, em regime especial de Administração Direta, nos termos da Lei nº 2.428/1967, da estrutura da Secretaria da Segurança Pública. É uma instituição que tem por finalidade, segundo sua própria

legislação³, “preservar a ordem pública, a vida, a liberdade, o patrimônio e o meio ambiente, de modo a assegurar com equilíbrio e equidade, o bem estar social, na forma da Constituição do Estado da Bahia [...]”.

Algumas legislações se encarregam de dar concretude ao papel da instituição policial militar, definir suas prerrogativas e obrigações, bem como legislar sobre os profissionais e organizações que a conformam. Essa delimitação formal teve um marco para seu início, o qual pode ser traduzido nas palavras de Oliveira (2012, p.33) quando diz que: “Só a partir da Constituição Federal de 1946, com a redemocratização do país após o Estado Novo, as Corporações dos Estados passam a ter, de fato, uma estrutura militar mais definida e, inclusive, a serem denominadas 'Polícia Militar'.”

Na Constituição Federal de 1988 também são expressos alguns traços sobre a polícia militar dos estados, como a Seção III cujo título é “Militares dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios”⁴. Já no seu artigo 144 que atribui responsabilidades às polícias militares, diz que:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: (EC no 19/98) [...] V–**polícias militares** e corpos de bombeiros militares. (grifo nosso, BRASIL, 1988).

Além dessas legislações, a instituição policial militar da Bahia está embasada no Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia, Lei nº 7.990/2001; no Código Penal Militar, Decreto-Lei nº 1.001/1969; no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado da Bahia, Decreto Estadual nº 29.535/1983; dentre outras.

3.3 QUEM SÃO OS POLICIAIS MILITARES: POR TRÁS DA FARDA

Para análise das relações estabelecidas na instituição policial militar, faz-se importante ressaltar a estrutura organizacional e decisória da PMBA, a característica militarizada da instituição, as formas de acesso, os papéis sociais dos seus membros e as legislações que as fundamentam.

O artigo 2º do Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia – EPM define que a carreira dos policiais militares é “integrada por cargos técnicos estruturados hierarquicamente⁵” e distribuído por quadros⁶. Existe, portanto, na hierarquia policial militar da Bahia duas classificações gerais de policiais militares: o posto que é o grau hierárquico do **Oficial** e a graduação que é o grau

3 Art. 1º da Lei nº 13.201 de 09 de Dezembro de 2014 que Reorganiza a Polícia Militar da Bahia, dispõe sobre o seu efetivo e dá outras providências. .

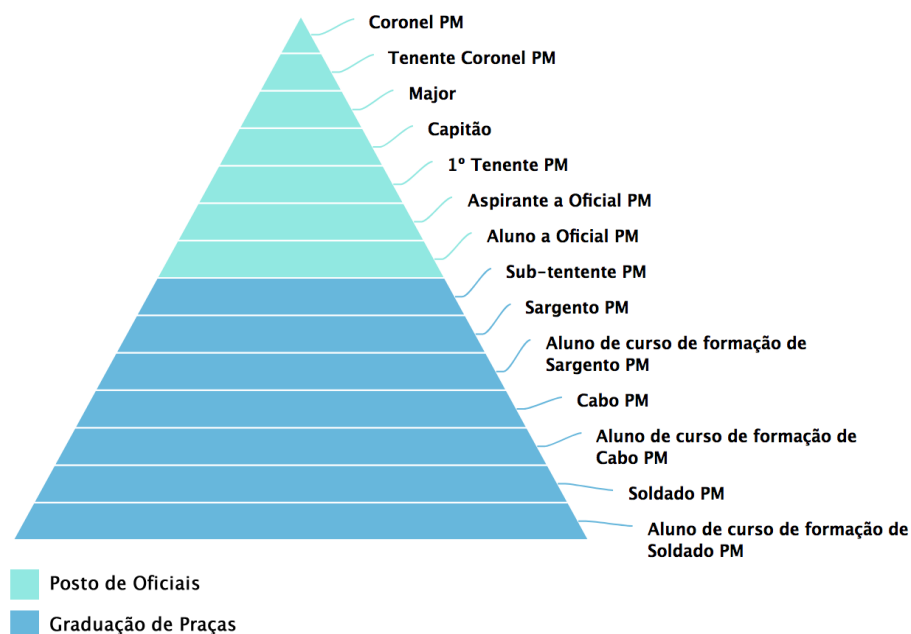
4 Emenda Constitucional nº 19/98.

5 Segundo o Estatuto dos Policiais Militares (Lei nº 7.990 De 27 de Dezembro de 2001), hierarquia policial militar (artigo 3º, parágrafo 1º) é a “*organização em carreira da autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar, consubstanciada no espírito de acatamento à sequência de autoridade.*”.

6 Art. 46 da Lei nº 13.201 de 09 de Dezembro de 2014 que Reorganiza a Polícia Militar da Bahia, dispõe sobre o seu efetivo e dá outras providências.

hierárquico da **Praça**.⁷ Por ordem de hierarquia, o grau hierárquico dos policiais estão distribuídos conforme o Quadro 1.

Quadro 1. Estrutura hierárquica da PMBA



Elaboração da autora

O Comando Supremo da Polícia Militar é exercido pelo Governador do Estado⁸ que tem a incumbência de nomear para comandar a PMBA um oficial da ativa, do último posto do Quadro de Oficiais Policiais Militares⁹ que será nomeado Comandante Geral da Polícia Militar.

A estrutura hierarquizada permite estabelecer genericamente duas “classes” de policiais militares: oficiais e praças. Essa estrutura expressa as diferenças nas relações de poder na instituição. A categoria que mais se encontra sujeita à precariedade de trabalho, de vida e de saúde são os da graduação de praças e que trabalham no serviço operacional, que está na linha de frente, no serviço de rua. Os policiais que estão no posto de oficial têm efetivo reduzido e, em sua maioria, gozam de benefícios que os protegem de algum modo com relação às expressões da questão social que as praças vivenciam com mais intensidade em função da diferença salarial, do reduzido grau de autonomia e da própria natureza do trabalho desenvolvido.

Com relação ao componente numérico da distribuição dos policiais por graduação, apresentamos o

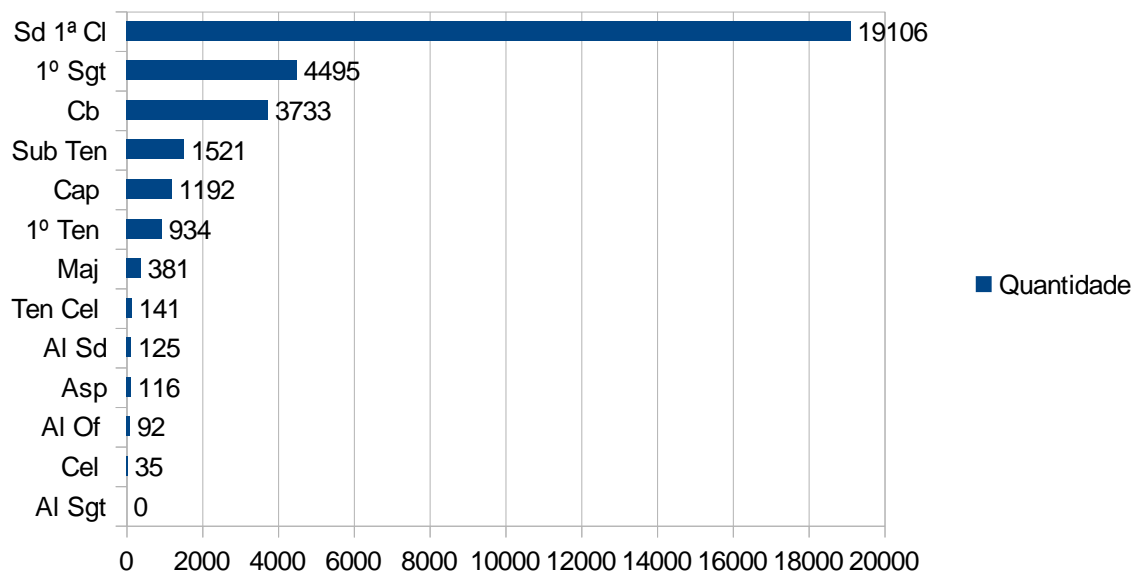
⁷ Art. 10 do Estatuto dos Policiais Militares.

⁸ Artigo 105 da Constituição do Estado da Bahia, promulgada em 05 de outubro de 1989

⁹ Art. 4º da Lei nº 13.201 de 09 de Dezembro de 2014 que Reorganiza a Polícia Militar da Bahia, dispõe sobre o seu efetivo e dá outras providências.

quadro 2:

Quadro 2. Quantitativo de Policiais Militares no Estado da Bahia em serviço ativo por graduação hierárquica em Junho de 2016

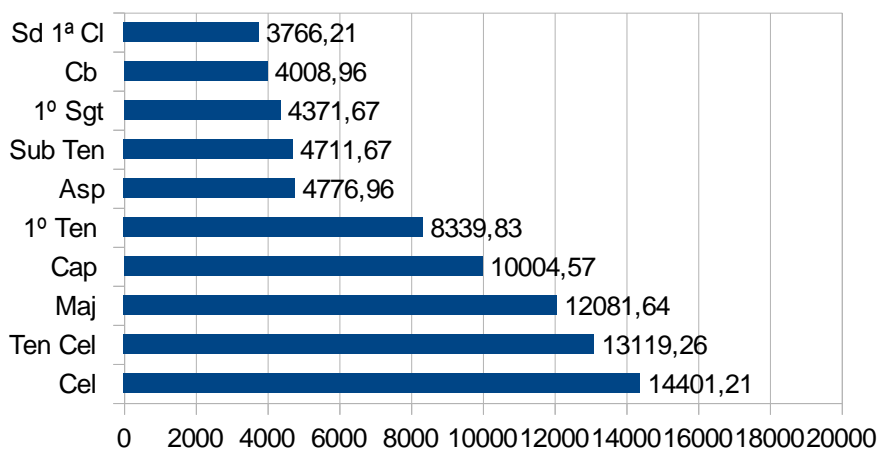


Fonte: Departamento de Pessoal da PMBA

Elaboração: Da autora

Para demonstrar claramente a distinção de condições salariais dos diferentes níveis hierárquicos dos policiais, apresentamos este outro quadro.

Quadro 3. Salário Bruto dos Policiais Militares do Estado da Bahia em Junho de 2016



Fonte: Departamento de Pessoal da PMBA

Elaboração: Da autora

O efetivo total de policiais da PMBA, expresso no quadro 02, é de 31.873 e desses 90,5% são da graduação de praças. Esses são também os que possuem piores condições salariais, expresso no quadro 03¹⁰. Quanto ao sexo, os homens são maioria absoluta entre o efetivo abarcando 86,3% em junho de 2016. Isso se deve a vários fatores, sendo um dos primeiros a possibilidade de acesso tardio das mulheres à instituição. Ocorre que, só em 1980 se abriu concurso que possibilitasse a entrada dessa categoria. Além disso, até os dias atuais, as vagas para mulheres correspondem, em média, à apenas 10% do total do número de vagas.

Oficiais e praças formam grupos com características diferentes na escala hierárquica e nas relações estabelecidas institucionalmente. Os oficiais são os profissionais que podem ser enquadrados enquanto gestores da instituição e as praças são os trabalhadores propriamente ditos, consubstanciando a postura histórica de distanciamento entre trabalhadores que gerem e os que executam. Nas palavras de Minayo (et all, 2008, p.119) “Aos oficiais cabe a gestão da corporação. Aos policiais que atuam na ponta estão reservadas as intercorrências do serviço cotidiano.”

Essa diferença é posta não só nas atribuições específicas de cada grupo, mas irá também demonstrar a diferença entre os dois grupos no que tange à remuneração, condições de trabalho, posto de serviço, possibilidade de comando e decisão, autonomia, dentre outras coisas. Minayo (et all 2008, p.117) na sua pesquisa com policiais militares do Rio de Janeiro, a autora discute essa relação entre oficiais e praças, ressaltando a diferença no que tange à autonomia profissional, expostos na leitura da ordem de dia no início da Jornada de trabalho:

Essa ordem do dia constitui-se de discursos estruturados de forma unilateral e hierárquica. Seu pronunciamento reafirma normas disciplinares e impede que os policiais das patentes mais baixas discutam, de maneira franca e aberta, questões concretas que lhes dizem respeito, como é o caso de dificuldades no cumprimento das ordens, problemas encontrados nas rondas com seus equipamentos e em outras situações.

As relações de trabalho dos policiais militares de uma forma geral, e dos praças em particular, pela própria conjuntura expressa anteriormente, demonstra uma série de dificuldades materiais advindas dos baixos salários, risco iminente de morte, condições de trabalho precária e de forma mais direta, por alguns direitos positivados que são cerceados. Nesta direção, Minayo (et all, 2008, p. 287) traz o posicionamento de um soldado da PMRJ no que tange à qualidade de vida:

Não há um parâmetro para estabelecer se [a qualidade de vida] é boa ou ruim. Na verdade, a gente não tem qualidade de vida. Isso atinge diretamente a auto-estima, primeiro como policial e depois como soldado. Eu acho que esse é o primeiro ponto

10 Importante lembrar que os valores expressos no quadro 2 que demonstra a remuneração dos policiais militares da Bahia, podem sofrer variações. No caso dos policiais que exercem serviço operacional recebem adicional noturno, dentre outras situações que podem incidir na variação dos salários (trabalho operacional ou administrativo). Afora isso, esses valores, por representarem o valor bruto em média tem descontado o valor correspondente ao imposto de renda, pagamento de planos de saúde (que em sua maioria desconta no contra-cheque do servidor), dentre outras questões menos recorrentes como pensões judiciais, empréstimos, etc.

para fazer qualquer outro tipo de análise. O trabalho é insalubre, os direitos mais elementares como profissionais da Polícia são negados. Não existe [qualidade de vida]. Então, esse quadro em que nós nos vemos acaba atingindo diretamente o tipo de serviço que está sendo oferecido à população. Nós já somos motivo até de chacota dos bandidos.

Para início da discussão dos direitos dos policiais militares da Bahia que são vilipendiados, elencamos alguns direitos que tem previsão no Estatuto do Policiais Militares (2001) - EPM, mas que até o presente momento não existe regulamentação, de modo que nenhum policial militar da Bahia os usufrui. O auxílio transporte é um deles, que é previsto no art. 92 do EPM, como “devido ao policial militar nos deslocamentos da residência para o trabalho e vice-versa, na forma e condições estabelecidas em regulamento.”. Além desse, o direito do policial que se acidentar em serviço possa ter garantido “recursos médico-hospitalares, hospitalares, medicamentos e próteses necessários à sua recuperação”. Essas questões de ordem prática impactam na vida dos policiais militares de forma contundente, não só pelo não-acesso a direitos previstos, mas na própria visão do policial sobre a importância de seu trabalho e a sensação de descaso por parte do Estado expressa no não reconhecimento destes direitos.

É previsto ainda como direito do policial militar a “redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança”. Essa perspectiva ainda está muito aquém do ideal. Existem várias normas que versam, por exemplo, sobre o uso de colete, porém já houveram denúncias de falta desse material para trabalho, como nas Olimpíadas de 2016 que foi veiculado que policiais foram ameaçados de prisão por superiores hierárquicos por se recusarem a trabalhar sem o colete balístico, um Equipamentos de Proteção Individual EPI¹¹. Sobre essa questão, Minayo (2008, p.143) referenda que “na linha hierárquica, cabe às camadas imediatamente inferiores cumprir as prescrições, sem questionar. Existe uma crença, na ideologia militar, de que o diálogo perturba, atrasa o desempenho das atividades e enfraquece o poder.”

Essa realidade de precárias condições de trabalho pelos policiais militares da Bahia, coaduna com a dos policiais do Rio de Janeiro exposto no trabalho de Minayo (et all, 2008, p.132), a qual, baseando-se em outros estudos como de “Oliveira e colaboradores” alerta para as “precárias condições de trabalho vivenciadas pelos policiais militares” evidenciadas em aspectos como: “armamentos enferrujados, coletes fora do prazo de validade e salários defasados.”

No artigo 215 do EPM é exposto como papel da Polícia Militar a organização e manutenção de um “programa de readaptação” com objetivo de “reciclagem” dos valores morais, éticos e institucionais de policiais militares com determinadas condutas como envolvimento em episódio de

11 Policiais são ameaçados de prisão após se recusarem a trabalhar sem EPIs. Disponível em: < <http://www.bocaonews.com.br/noticias/policia/policia/151074,policiais-sao-ameacados-de-prisao-apos-se-recusarem-a-trabalhar-sem-epis.html> >, acesso em 16 de Junho de 2017, às 15h.

confronto armado em serviço que resultem em morte, vício de embriaguez alcoólica e/ou dependência de substâncias entorpecentes, baixo desempenho funcional, dentre outras condutas. A partir da nossa experiência de estágio, pudemos perceber que, no que tange a previsão do artigo 215 pouco ou nada é colocado em prática. Existe o Departamento de Promoção Social - DPS da Polícia Militar que seria o setor mais propício para consolidação de projetos em prol da materialização do artigo 215 do EPM, porém, não existe uma organização capaz de regular práticas específicas que visem, como diz na legislação “programa de readaptação [...] destinado à reciclagem dos valores morais, éticos e institucionais dos policiais militares.” Porém, pode-se contar somente com o desempenho e compromisso de alguns profissionais que fazem parte do Departamento, como psicólogos/as assistentes sociais, fisioterapeutas, em atender policiais que procuram a instituição por conta de demandas como essas (episódios de confronto armado, dependência de “drogas”, baixo desempenho profissional) que são feitos de forma esporádica, por demanda espontânea e assistemática.

Com relação ao trabalho do policial militar, este se desenvolve a partir das diversas formas, tendo como objetivo principal, segundo suas legislações, a preservação da ordem pública. O serviço pode ser feito com auxílio de moto, carros, cavalos, etc ou a pé. Esse tipo de serviço, de patrulhamento na rua, é designado de “serviço operacional”. Por outro lado, o serviço burocrático estabelecido na instituição é contraposto ao anterior e amplamente conhecido como serviço administrativo. Além desses, existem postos de serviço mais específicos como operador de rádio¹², plantão de sala de meios¹³, dentre outros. Quanto à escala, os policiais do serviço operacional, em sua maioria, cumprem escala em regime de plantão¹⁴ pela própria natureza do serviço que não pode ser interrompido. Os policiais do serviço administrativo cumprem, em sua maioria, escala de 40h semanais, tendo resguardados os feriados e dias santos.

A PMBA tem como uma das suas legislações normalizadoras o Decreto Estadual nº 29.535 de 11 de março de 1983 que dispõe sobre o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar da Bahia (RDPM). Segundo o artigo 1º desse regulamento:

O Regulamento Disciplinar da Polícia Militar tem por finalidade especificar e classificar as transgressões disciplinares, estabelecer normas relativas à amplitude e à aplicação das punições, disciplinares, à classificação do comportamento policial-militar das praças e à interposição de recursos contra a aplicação das punições, bem como as recomendações especificadas no Estatuto dos Policiais-Militares.

12 O policial que opera o rádio é o responsável por passar as ocorrências operacionais para o efetivo da área, dentre outras demandas de comunicação.

13 O posto da sala de meios é onde ficam armazenados os materiais utilizados no serviço policial militar (armamento, EPIs, chave de viatura, etc) e o policial que trabalha nesse setor é responsável por distribuir esse material para o efetivo de serviço.

14 24h de trabalho por 72h de folga, 12h de trabalho por 24h de folga seguido de 12h de trabalho por 72h de folga, (sem levar em consideração dias santos e feriados), dentre outras escalas,

Esse regulamento estadual tem seu ano de criação contemporâneo à ditadura militar no Brasil o que corrobora um intento desse governo de tornar mais claras as obrigações e possíveis punições em caso do seu descumprimento aos policiais militares. Ironicamente o processo de redemocratização, que teve como marco a Constituição de 1988 que definiu prerrogativas e obrigações das polícias militares dos estados, nada fez com relação ao RDPM que até os dias atuais continua vigente, apesar de ter sofrido algumas alterações. Uma dessas mudanças é que a Constituição da Bahia, no ser Art. 46, parágrafo 8º, revoga o Artigo 26¹⁵ do RDPM, uma vez que proíbe a prisão do policial militar em local que não seja o quartel: “§ 8º Quando a sanção disciplinar, por transgressão de natureza militar, importar em cerceamento de liberdade, será cumprida em área livre de quartel.”

O artigo 3º do RDPM define o que são transgressões disciplinares:

qualquer violação dos princípios da ética, dos deveres e das obrigações policiais-militares e das obrigações policiais-militares, na sua manifestação elementar e simples, e qualquer omissão ou ação contrária aos preceitos estatuídos em leis, regulamentos, normas ou disposições, desde que não constitua crime.

São transgressões disciplinares uma série de situações (total de 125), muitas vezes subjetivas, que conformam um perfil profissional que a instituição deseja, de forma rígida. Elencamos algumas transgressões disciplinares:

I. Faltar à verdade; [...] VI - não levar ao conhecimento da autoridade competente, no mais curto prazo, falta ou irregularidade que presenciar, ou que tiver ciência e não couber reprimir; [...] IX - simular doença para esquivar-se ao cumprimento de qualquer dever militar; [...] XIX - simular doença para esquivar-se ao cumprimento de qualquer dever militar; XX - trabalhar mal intencionalmente, ou por falta de atenção, em qualquer serviço ou instrução; XXI -deixar de participar a tempo, à autoridade imediatamente superior, impossibilidade de comparecer a OPM, ou a qualquer ato de serviço; XXII - faltar ou chegar atrasado a qualquer ato de serviço em que deva tomar parte ou assistir; [...] XXV - abandonar serviço para o qual tenha sido designado; XXVI - afastar-se de qualquer lugar em que deva estar por força de disposição legal ou ordem; [...] XXXI - contrair dívidas ou assumir compromisso superior às suas possibilidades, comprometendo o bom nome da classe; [...] XXXVIII - recorrer ao Poder Judiciário sem antes esgotar todos os recursos administrativos; [...] XLI - ter pouco cuidado com o asseio próprio ou coletivo, em qualquer circunstância; XLIII - freqüentar lugares incompatíveis com seu nível social e o decoro da classe; [...] LXX – publicar ou contribuir para que sejam publicados fatos, documentos ou assuntos policiais-militares que possam concorrer para o desprestígio da Corporação ou firam a disciplina ou a segurança; [...] LXXXII – desrespeitar em público as convenções sociais; LXXXVII – sentar-se a Praça em público, à mesa em que estiver Oficial ou vice-versa, salvo em solenidade, festividades ou reuniões sociais; [...] CVIII – Ter em seu poder, introduzir ou distribuir, em área policial-militar, tóxicos ou entorpecentes, a não ser mediante prescrição de autoridade competente; CIX – Ter em seu poder ou introduzir em área policial-militar ou sob jurisdição policial-militar; bebidas alcoólicas, salvo quando devidamente autorizado; CX – Fazer uso, estar sob a ação ou induzir outrem a uso de tóxicos, entorpecentes ou produtos alucinógenos; CXI – Embriagar-se, ou induzir outro à embriaguez, embora tal estado não tenha sido constatado por médico [...].

15 Art.26 - A prisão consiste no confinamento do punido em local próprio e designado para tal.

É importante lembrar que a instituição militar é extremamente hierarquizada de modo que o sujeito tem maiores chances de sofrer com as sanções quanto mais próximo ele esteja da base da pirâmide. Algumas das punições disciplinares¹⁶ que podem decorrer de uma transgressão disciplinar são a advertência; repreensão e detenção. A detenção “consiste no cerceamento da liberdade do punido, o qual deve permanecer no local que for determinado, normalmente o quartel, sem que fique, no entanto, confinado.”

Essa perspectiva de controle social dos profissionais perpassa as legislações e a cultura organizacional em prol da formação de um ser-policia-militar que se idealiza. Dessa forma, a ordem, as normas, são postas em prática por meio de mecanismos de consenso, mas sobretudo de sanção. Nas palavras de Minayo (et all, 2008, p.94)

[...] a sanção normatizadora é consoante com a idéia de que, para que haja disciplina, é necessário haver um mecanismo penal. Atrasos, erros, negligências e insolência são atitudes reprimidas por micromecanismos de sanção, visando a explicitar a norma e a reproduzi-la. O castigo ocorre para reduzir desvios e reafirmar a lei, ao mesmo tempo que visa a explicitar os dois únicos pólos possíveis de comportamentos que ressaltam a divisão binária da ordem (normal-anormal) e da repartição coercitiva (quem é, onde deve ficar, como reconhecer e exercer uma vigilância constante). Dessa forma, os códigos disciplinares tornam evidente o que é positivo e o que é negativo, concomitantemente à gratificação daqueles que obtenham bom desempenho e à penalização dos ineptos. O ‘normal’ se estabelece como princípio de coerção, conjugando vigilância e regulação.

Esse processo de conformação do ser-policia-militar se inicia a partir da entrada do sujeito civil para o mundo militar. Existem duas formas de acesso à polícia militar do Estado da Bahia. Uma é a partir do concurso para aluno/a soldado da polícia militar, que é o grau hierárquico mais inferior da estrutura. Outra é pelo concurso para aluno/a oficial da polícia militar. No primeiro caso, o Curso de Formação de Soldados (CFSD) dura em média 09 (nove) meses e o o Curso de Formação de Oficiais (CFO) dura em média 03 (três) anos.

A partir da entrada do indivíduo na caserna¹⁷ inicia-se o processo de aprendizado do trabalho, uma espécie de curso¹⁸, em que são apreendidas aspectos da doutrina policial militar, de policiamento ostensivo, das legislações que norteiam a prática profissional, etc. A carga horária do curso de formação é extenuante, em sua maioria, de segunda a sexta-feira, das 07h às 18h, com disciplinas que tem como foco o serviço operacional ostensivo, direito e ordem unida. Esta última é uma disciplina que tem como pauta as simbologias, as regras, as condutas próprias da polícia militar. Dentre elas, podemos destacar alguns procedimentos como prestar continência, marchar, entrar em forma, enfim, como se comportar enquanto policial militar. Esse processo não acontece

16 Artigo 22 do RDPM.

17 Corresponde ao quartel onde se alojam soldados. Comumente tratado pelos policiais como sinônimo da instituição policial militar.

18 Na Polícia Militar este período se denomina como Curso de Formação (de Soldado, de Oficial).

de forma tranquila, mas como obrigação e tendo punições em caso de descumprimento, com base no RDPM e outras legislações. Como visto, os/as policiais militares podem ser alcançados/as por este regulamento por questões bastante subjetivas como “XLI - ter pouco cuidado com o asseio próprio ou coletivo, em qualquer circunstância”, podendo levar o profissional à detenção, principalmente quando está na condição de aluno. Essas atividades quando no curso de formação é definida como necessária pra “tirar o ranço de civil”, ou seja, tornar-se policial militar. Minayo (et all, 2008, p.93) se reporta à Foucault para descrever processos como este, quando o autor afirma que: “o soldado tornou-se algo que se fabrica: de uma massa informe, de um corpo inepto fez-se uma máquina de que se precisa”.

Continuando a formação para policiais, toda manhã, às 07h, o/a recém chegado/a aluno/a da polícia militar deve estar na área denominada cívica onde haverá o hasteamento da bandeira e cantar algum hino que pode ser o nacional, o da bandeira ou a Canção Força Invicta, que é o Hino da PMBA. Essas simbologias da instituição perpassam todo o curso de forma cotidiana por vezes educativa, outras repressivas. Sobre isso, Oliveira (2012, p.57) vai afirmar que:

Ora, a obediência às normas e regras da instituição militar passa por um processo de massificação dos indivíduos, na medida em que há uma exigência de padronização de comportamentos. A hierarquia e disciplina militar são facilitadoras dessa padronização e da conseqüente reprodução da submissão por parte das/os militares. A “formação disciplinar militar” vai qualificando e punindo no intuito de controlar esses sujeitos e torná-los cada vez mais úteis à profissão.

Essa conduta de “massificação” das doutrinas e simbologias que conformarão o ser-policial-militar perpassa todo este processo inicial de formação, mas é de fato incorporado em maior ou menor medida ao final do processo do curso de formação repercutindo na vida pessoal e profissional do/a policial militar.

Na seção II do Estatuto dos Policias Militares (2001) - EPM tem como título “Do Compromisso Policial Militar” e traz a discussão sobre compromisso de honra do indivíduo após entrar na corporação. No artigo 8º da mesma seção é afirmado que esse compromisso deve ser feito em ato solene e dito perante a tropa as seguintes palavras:

Ao ingressar na Polícia Militar do Estado da Bahia, prometo regular a minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens legais das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial militar, à manutenção da ordem pública e à segurança da sociedade mesmo com o risco da própria vida.

Fica claro nesse juramento feito pelos/as policiais no ato solene de formatura, como a instituição reafirma, das mais diversas formas, as suas perspectivas deste ângulo, por meio da tentativa de “consenso”. A questão da hierarquia e disciplina que são, segundo o artigo 3º do EPM, base institucional da PMBA está no juramento mais uma vez estabelecido quando o policial tem que

jurar obediência rigorosa às ordens. Quanto a “regular a conduta pelos preceitos da moral” fica uma expressão extremamente vaga, permitindo diversas interpretações, mas quando se entende de que instituição se está falando, fica mais claro quais as condutas tidas como negativas ou aquelas socialmente entendidas como tal. Assim, o policial, servidor público, tem que jurar regular sua conduta para ser esse tipo de profissional, normatizado dentro destas condutas.

Fica claro como para ser policial militar é necessário, segundo as legislações e a cultura da instituição, muito mais que desempenhar os serviços inerentes à profissão. Faz-se necessário ter posturas “próprias de um policial”, tendo que tornar-se policial. Dentre essas características, algumas são expressas no artigo 37 do EPM, na seção dos valores policiais militares, que versa sobre os valores institucionais da organização e do profissional. Dentre os valores institucionais da organização estão entre os três primeiros a dignidade do homem, a disciplina e a hierarquia. Dos valores do profissional apenas dois versam diretamente sobre o trabalho – o espírito profissional e o profissionalismo – outros são condutas mais gerais da postura: a eficiência e a eficácia, a aparência pessoal, a auto-estima, a bravura, a solidariedade e a dedicação. No art 38, na mesma seção, traz quais são as manifestações essenciais dos valores policiais militares. São cinco, sendo que apenas um versa diretamente sobre trabalho profissional que é o VI, traduzido como “o aprimoramento técnico-profissional”. Os demais versam sobre o “sentimento de servir à sociedade”, “civismo e o respeito às tradições”, “fé na elevada missão da PM”, “orgulho da instituição”, “amor à profissão”. Portanto, essa postura de conformar uma nova mentalidade do policial perpassa suas legislações, mas é expresso de forma mais contundente no dia-a-dia do policial militar. Como disse Oliveira (2012, p.56) sobre a instituição policial militar: “Ela re(educar) e (re)modela os sujeitos militares em seus centros de formação para o exercício da profissão, e os fazem submeterem a sua força de trabalho às normas e regras estabelecidas pela instituição.”

Fazendo uma análise do que se configura enquanto aparelho repressivo, pode-se estabelecer que os policiais, ao mesmo tempo que são incorporados enquanto braço opressor do Estado, sofrem também dessa repressão da instituição, em prol de internalizar a cultura organizacional para que exerçam de forma contundente o que lhe é atribuído como função:

Ora, a sociedade capitalista, para reproduzir a sua força de trabalho, necessitava de um instrumento social específico. Daí porque Althusser (1985) deixa claro que a reprodução da força de trabalho exige também uma reprodução da submissão desta às regras da ordem estabelecida. (OLIVEIRA, 2012, p. 54)

O policial militar é extremamente cobrado para que siga as regras e valores insituacionais, sobretudo os que estão presentes nas legislações de forma mais clara, mas também aqueles que constam nas entrelinhas da cultura organizacional. No entanto, pouco ou nada é ponderado sobre em quais condições de trabalho, de vida e saúde vivem esses sujeitos e se essas exigências estão no

mesmo nível do suporte dado pelo Estado.

3.4 O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS POR POLICIAIS MILITARES

Algumas perspectivas e concepções, principalmente as que estão vinculadas ao senso comum, tendem a colocar usuários de “drogas” ou de determinadas drogas como tendo características iguais. Porém, o que mais se particulariza nos diversos usuários de “droga” é o significado social atribuído à própria droga, o contexto e as relações que se desenvolvem a partir do uso. Nas palavras de Espinheira (2004, p.24):

Os efeitos das drogas podem ser quimicamente parecidos, mas são culturalmente diferentes, o que equivale dizer, socialmente diferenciados porque as ações que deles resultam não têm o mesmo significado e, assim sendo, são também quimicamente outros.

Dessa forma, não seria prudente dizer que um alcoolista que vive em situação de rua passa pelas mesmas situações que um alcoolista que seja um grande executivo, embora a substância de uso e/ou dependência seja a mesma.

O grau de envolvimento do usuário com a droga vai apontar se este uso é algo que pode trazer consequências desastrosas para sua vida e para as suas relações. Essa diferenciação dos graus de envolvimento com a droga e com o grupo é apontada por Zaluar (2011, p.4) como fundamental, devendo considerar:

[...] se a tomam nas horas de lazer ocasionais, se ela é central na definição de um estilo de vida alternativo compartilhado com outros, se o seu uso se dá apenas no lazer ou em alguma atividade que precisa de estímulo, ou se ela é o eixo na definição da identidade individual do usuário compulsivo que a usa sempre e em qualquer lugar ou circunstância.

O profissional da Polícia Militar não está avesso às vicissitudes que perpassa a população em geral no consumo e/ou dependência de drogas. No entanto, isso não quer dizer que vivenciam essa condição da mesma forma. Percebemos que o uso de “drogas”, seja ela a maconha, o álcool, a cocaína, etc, entre policiais militares apresentam características que lhe são inerentes, uma vez que, como afirmou Espinheira (2004, p.15), “as pessoas são diferentes e vivem desigualmente as circunstâncias e as condições do mundo”. Portanto, é importante ressaltar a existência de peculiaridades no uso de substâncias que tem a capacidade de mudar os sentidos físico-psíquicos de profissionais que legalmente e culturalmente são chamados para desempenhar papéis tão rígidos. Além disso, é preciso levar em consideração o uso (problemático ou não) de substâncias consideradas pelo aparato jurídico brasileiro como ilegais por esses trabalhadores que são chamados pelo Estado para conter o comércio dessas mesmas substâncias. Portanto, faz-se necessário compreender as várias questões que envolvem o consumo de drogas por esses profissionais, as relações sociais estabelecidas pelo policial em condição de uso e o contexto social mais amplo, qual

seja o papel e respostas do Estado nesse contexto.

A cultura pautada na hierarquia e disciplina¹⁹, que se inicia no curso de formação nos seus variados níveis, é reforçada no cotidiano profissional dos PMs. Sobre isso, Oliveira (2012, p.65) recorrendo à Foucault, diz que:

Foucault admite que o poder disciplinar é tão forte e eficaz nas instituições totalitárias que chega a promover aos indivíduos que dela fazem parte um espaço útil e, ao mesmo tempo, controlador e absolutamente disciplinador. Isso, através do que Foucault (1999) denominou em seus estudos de “tecnologia disciplinar”.

O uso de determinadas drogas e o uso excessivo de outras foi considerado mais recentemente como atitudes desprezíveis, o que imputa a quem o faz uma série de estigmas negativos. Toda sociedade, e dentro dela os grupos, criam regras de convivência e as maneiras de fazê-las serem postas em práticas. Becker (2008) define que as pessoas que infringem determinada regra social de um grupo são vistas como um tipo especial que ele intitula como *outsider*. O autor distingue ainda dois tipos de regras: as que são formadas a partir de leis e que, portanto, tem os aparatos do Estado para sua conformação e as que correspondem a acordos informais, que se mantêm por conta da tradição. O que o autor chama a atenção é para o fato de que, sendo por força de lei ou da tradição, as regras são feitas com o propósito do seu cumprimento:

[...] grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. Desse ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um 'infrator'. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal. (Becker, 2008, p.22)

O que os “outros” pensam é um fator relevante, principalmente numa instituição em que a tradição e as normas convencionais são extremamente valorizadas e preservadas. Não é recomendável que a cultura pautada na conduta ilibada, máscula, forte de um/a policial seja abalada, por mais que cada ser humano tenha suas limitações naturais e/ou sociais. A expressão do medo, nesse contexto, embora seja uma atitude própria da natureza humana, é, pela cultura policial, negada, uma vez que não pode ser exteriorizada pelos profissionais com o risco de serem motivos de piada e menosprezo pelos demais. Sobre isso, Minayo (et all, 2008, p.191) infere que “[...] o policial vivencia um conflito entre o enfrentamento desejado pela instituição e a marca da sua masculinidade e o medo, sentimento justificado pelas situações reais de risco, mas geralmente interdito na cultura policial.”

O policial militar tem como norte suas legislações e, principalmente, a própria cultura da sua

19 “Art. 3º - A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar.” Estatuto dos Policiais Militares da Bahia (2001)

corporação que valoriza características como a força, a competência técnica, a lucidez, enfim, elementos que irá prezar muito mais que em outros grupos, acrescentando-se a questão de se manter o equilíbrio psicológico, de se manter lúcido e orientado. Dessa forma, esses sujeitos são ainda mais cobrados quanto às suas posturas e, conseqüentemente, mais penalizados pelos mecanismos de doutrinação, pois, como diz Beck (2008, p.25), “o grau em que um ato será tratado como desviante depende também de quem o comete e de quem se sente prejudicado com ele”. Assim, pode se admitir que, o fato do uso de substâncias psicoativas a partir de profissionais de segurança pública, dos quais se exige uma outra postura, impacta de diversas formas na vida desses profissionais, tendo relação direta com a forma com a qual a sociedade os vê e como o Estado os trata.

O uso de “drogas” ilícitas é visto pela instituição no cotidiano como algo que leva à destruição, algo devastador, focando nos malefícios advindos do uso. “Se um ato é ou não desviante, portanto, depende de como outras pessoas reagem a ele.” (Beck 2008, p.25). Da mesma forma que é necessário para o profissional podar seus sentimentos para que os outros não o vejam como fraco, assim ocorre com relação ao uso e abuso e, principalmente, com a dependência de drogas. As “drogas”, portanto, são identificadas enquanto realidade que os policiais devem combater, se afastar, rotular negativamente (os usuários e as “drogas”), de modo que esta postura que lhes é exigida dificulta o reconhecimento do seu próprio uso quando este se torna problemático, constituindo-se uma demanda que requer maiores cuidados.

Outra questão importante é que, como a profissão policial militar atua enquanto mantenedora da ordem, o viés proibicionista de algumas drogas traz conseqüências diferentes para o uso dessas substâncias por esses profissionais. A instituição policial militar tem como uma de suas funções coibir o tráfico de drogas, configurando-se em um ator extremamente importante para o Estado no que tange à “guerra às drogas”. Torna-se, portanto, uma contradição patente o policial militar fazer uso de drogas ilícitas. Se o uso problemático de droga lícita por Pms já é visto de forma enviesada e pelo viés moralizador, o uso de substâncias ilícitas (e não só o uso problemático) é pior ainda, trazendo estigmas negativos para esses sujeitos. Constitui-se para o policial um crime, como para qualquer cidadão comum, o porte de substâncias ilícitas, porém este profissional está sujeito à exigências maiores, como por exemplo, tem o dever de levar ao conhecimento das instituições competentes as situações de porte de substâncias consideradas ilícitas de que saiba, caso contrário estará passível de punição por prevaricação de acordo com o Código Penal Militar, art. 319.²⁰

20 “CAPÍTULO VI DOS CRIMES CONTRA O DEVER FUNCIONAL **Prevaricação** Art.319. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena - detenção, de seis meses a dois anos.” Decreto-Lei Nº 1.001, De 21 De Outubro De 1969. Código Penal Militar

Assim, até o tratamento para a dependência de drogas é uma questão complicada para o policial. Como algumas drogas são consideradas ilícitas, o seu usuário acaba por ser envolto com crime ao fazer uso problemático dela. Dessa forma, o policial militar, ao procurar instituições fora da PMBA para se “tratar”, se vê em situação de risco uma vez que pode se deparar com um sujeito (quer seja usuário ou traficante de drogas) que já se envolveu em alguma situação de ocorrência policial em que o policial estava presente, o qual, em represália, pode tentar contra a vida do policial. A Guerra às drogas coloca o policial e o traficante em localizações opostas e enquanto inimigos constantes. Dessa forma, o policial que é chamado pelo Estado para conter o tráfico de drogas, ao se tornar dependente de alguma “droga”, muitas vezes se vê tolhido desse cuidado por temer a violência que lhe afeta diretamente.

No que se refere ao cuidado dispensado pela PMBA para policiais militares que fazem uso problemático de substâncias psicoativas, existe o Departamento de Promoção Social (DPS) que é um órgão dentro da estrutura da PMBA responsável por atividades relacionadas à recuperação, readaptação, desenvolvimento, acompanhamento psicológico e sócio-funcional de policias militares, seus dependentes, funcionários civis pertencentes ao quadro da PMBA e a comunidade. Para realizar suas atividades o departamento conta com grupos de profissionais que prestam assistência social (assistentes sociais), jurídica (bacharéis em direito e advogados/a), assistência à saúde (enfermeiros/as), assistência psicológica (psicólogos/a), assistência religiosa (por meio das Capelarias Católica e evangélicas, núcleo espírita da polícia militar- NEPOM, e núcleo de apoio às religiões de matriz africana- NAFRO), assistência nutricional (nutricionistas), dentre outras.

Conforme observado durante o período de estágio, o efetivo do DPS é composto por treze assistentes sociais, doze psicólogos/as, dois/as advogados/as (que não são pms) e cinco policiais militares bacharéis em direito; duas fonoaudiólogas; duas fisioterapeutas; dois/as nutricionistas.

Além disso, o departamento conta com alguns serviços como os desenvolvidos pelo Centro Maria Felipa, Hotel de Acolhimento e a Equipe Multidisciplinar. O Centro Maria Felipa presta serviço de valorização e apoio à mulher policial militar com foco nas situações de violência em que a mulher é a vítima, realiza palestras e eventos com vistas à materialização do seu objetivo. O Hotel de acolhimento é um espaço de acomodação provisória para os policiais militares e seus dependentes que, por motivo de força maior comprovável, precisem ficar na capital do estado. No momento esse hotel não está funcionando. A Equipe Multidisciplinar é formada por profissionais de várias áreas de conhecimento, lotados no DPS, com regime de plantão de revezamento de 24 horas, para prestar apoio ao público-alvo da instituição de forma constante e também nos casos que demandam necessidade imediata de intervenção. Todos esses serviços, bem como as coordenações do DPS, existem somente na sede da instituição.

A postura recorrente dos policiais em não reconhecerem seu uso enquanto problemático pode ser observado durante o estágio pela forma mais comum deles chegarem ao DPS. Em sua maioria foram encaminhados pelos comandantes de suas unidades por ter desempenhado de forma “insatisfatória” os serviços policiais. O que pode-se concluir disso é a falta de reconhecimento do próprio policial da necessidade de procurar ajuda profissional quanto ao uso abusivo/dependência de drogas, sendo esta atitude explicada por alguns fatores, tais como: a rigidez das relações estabelecidas na instituição, a vergonha, medo de ser estigmatizado, o desconhecimento do que é dependência química/psicológica, ou a naturalização de sua situação.

Com objetivo de estabelecer uma dimensão geral do perfil dos policiais atendidos pelo DPS em situação de uso problemático de álcool e outras drogas, realizamos pesquisa documental junto à Coordenação de Assistência Social – CAS do DPS (tendo recebido a autorização do Comandante Geral da PMBA de realização da pesquisa no DPS). Sistematizamos os dados a partir das fichas de acompanhamento dos usuários dos serviços, preenchidas pelas assistentes sociais. Importante mencionar que, durante o período de estágio, tínhamos livre acesso à estas fichas e, portanto, conhecíamos o material. A pesquisa demonstrou que, de 2009 a Junho de 2017, 66 policiais foram atendidos pela CAS, lotados em unidades de Salvador e RMS, com demanda relacionada ao uso problemático de álcool e outras drogas. Desses, 56 policiais são lotados em unidades que desempenham essencialmente serviço operacional (lotados em Companhias Independentes, Batalhões, etc) e 10 integram unidades administrativas (a exemplo dos inúmeros departamentos de polícia, etc.). É importante destacar que as unidades operacionais necessitam empregar uma quantidade bem pequena do seu efetivo no serviço burocrático, de modo que, alguns desses policiais sujeitos da pesquisa, apesar de serem lotados em unidades operacionais, podem ter seu emprego em atividade administrativa, informação que não foi possível identificar por meio da pesquisa documental.

A ficha de acompanhamento é um instrumento de trabalho do Serviço Social, onde é registrado o avanço da situação apresentada pelo usuário quando recorreu ao serviço, sendo a mesma fonte da pesquisa ora exposta. Foi observado que existe uma deficiência quanto ao preenchimento de alguns dados da ficha, principalmente os relacionados a idade, raça/etnia, graduação, escolaridade. Além desses, quando se trata de drogas lícitas (álcool na maioria das vezes), essa informação vem especificada na ficha, mas quando se trata de drogas ilícitas, o seu registro aparece nas fichas definido apenas como “dependência química” ou outras nomenclaturas, como observado no Quadro IV. Ainda sobre o acompanhamento social, percebe-se que em muitos casos cessam o acompanhamento por meses/anos e é estabelecido novo acompanhamento quando o policial entra em contato novamente com o DPS, normalmente com a mesma demanda ainda não sanada. Isso se deve ao fato do DPS não contar com um programa de atendimento mais efetivo

desses policiais, restando o encaminhamento para outras instituições quando do contato do policial por demanda espontânea.

IV. ESPECIFICAÇÃO DA SUBSTÂNCIA PSICOATIVA DE USO PROBLEMÁTICO A PARTIR DAS FICHAS DE ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL DO DPS DE 2009 A JUNHO DE 2017

SUBSTÂNCIA PSICOATIVA	CAPITAL E RMS
ÁLCOOL	41
ÁLCOOL E COCAÍNA	5
ÁLCOOL E DROGAS ILÍCITAS	1
COCAINA	1
DROGAS ILÍCITAS	1
MACONHA, CRACK E COCAÍNA	1
DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS	1
ALCOOL, COCAINA, CRACK E MACONHA	1
SEM INFORMAÇÃO	14
TOTAL	66

Fonte: Departamento de Promoção Social da PMBA
Elaboração: da autora

É significativo neste quadro o número de cadastros “sem informação”, que corresponde a 21% do total de policiais atendidos. Também é significativo e importante mencionar aqui o grande número de usuários de drogas tidas como “ilícitas” que, se somados os itens que tratam desta situação, encontramos pelo menos 11 no quadro acima, 16,7%. O uso de álcool figura como de maior uso problemático, respondendo a 71% dos atendimentos realizados pelo Serviço Social do DPS de 2009 a Junho de 2017.

A pesquisa documental, por meio das fichas de acompanhamento do Serviço Social do DPS, permitiram perceber que o papel essencial do serviço social da instituição é o de acompanhamento social, uma vez que o departamento não conta com estrutura adequada ou programa permanente que vise cuidado dos sujeitos na condição de uso problemático de drogas. Esse acompanhamento social acontece em especial quando o policial está em condição de internamento. Além disso, as assistentes sociais realizam encaminhamento para instituições de tratamento de pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas. As instituições mais referendadas como encaminhamento dos policiais são clínicas particulares, instituições filantrópicas e de cunho religioso (Hospital Irmã Dulce, por meio do CATA – Centro de Atendimento e Tratamento de Dependência de Álcool, Clínica “Dr. Jesus”) e os CAPS (II e AD). Quanto às unidades mais citadas, ver Quadro V.

QUADRO V. ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS DE POLICIAIS DEPENDENTES DE DROGA POR INSTITUIÇÃO DE 2009 A JUNHO 2017

INSTITUIÇÕES	QUANTITATIVO ENCAMINHADO
CETAD	1
CLÍNICAS PARTICULARES	21
CATA	16
CAPS II e AD	3
Dº JESUS	2
NA	1
NEAD	1

Fonte: Departamento de Promoção Social da PMBA

Elaboração: Da autora

Uma das questões trazidas pelo estudo aqui realizado foi relativa às formas de organização do trabalho na PMBA e a maneira como esta atividade profissional afeta diferentemente os policiais de acordo com a inserção deles na estrutura hierárquica. Assim, a pesquisa documental mostra que as praças são os principais sujeitos atendidos pelo DPS com demandas relacionadas ao uso problemático de álcool e outras drogas, conforme Quadro VI.

QUADRO VI. ATENDIMENTO DO DPS DE POLICIAIS USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS POR HIERARQUIA DE 2009 A JUNHO 2017

GH	QT
TEN PM	1
SUB TEN PM	3
SGT PM	7
CB PM	6
AL CB PM	1
SD PM	34
SEM INF	14
TOTAL	66

Fonte: Departamento de Promoção Social da PMBA

Elaboração: da autora

A perspectiva de análise parte da situação rotulada e estigmatizada do policial, visto como um sujeito robotizado, que não tem sentimentos e é “superior ao tempo”, como eles mesmos falam, o que tem repercussões na saúde de forma integral do sujeito. Essa visão que atravessa a instituição, é reproduzida pela população em geral, pela família e pelos próprios policiais (que acabam por internalizar essa perspectiva), dificultando o reconhecimento dos sujeitos com relação às dificuldades e limitações presentes em sua vida cotidiana como na de qualquer cidadão de seu

tempo.

Dessa forma, o uso de substâncias psicoativas por esse profissionais se configura em demanda social ímpar e, como tal, deve ser tratada levando em consideração essas especificidades, as condições de trabalho, de autonomia, que perpassam a vida desses sujeitos e que podem levar ao uso problemático de drogas. Para além do reconhecimento de que o uso problemático de “drogas” é uma realidade que atinge todas as pessoas, é necessário sublinhar que esse mesmo uso por profissionais como os policiais militares, tem suas peculiaridade, as quais devem ser conhecidas, possibilitando qua as formas de enfrentamento desta situação sejam mais adequadas.

4. ROMPENDO O SILÊNCIO

Um Homem Também Chora (Guerreiro Menino)

Gonzaguinha

*Um homem também chora
Menina morena
Também deseja colo
Palavras amenas*

*Precisa de carinho
Precisa de ternura
Precisa de um abraço
Da própria candura*

*Guerreiros são pessoas
Tão fortes, tão frágeis
Guerreiros são meninos
No fundo do peito*

*Precisam de um descanso
Precisam de um remanso
Precisam de um sono
Que os tornem refeitos*

*É triste ver meu homem
Guerreiro menino
Com a barra do seu tempo
Por sobre seus ombros*

*Eu vejo que ele berra
Eu vejo que ele sangra
A dor que tem no peito
Pois ama e ama...*

*Um homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E vida é trabalho*

*E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata*

*Não dá pra ser feliz
Não dá pra ser feliz*

Iniciamos esse capítulo, que tem por objetivo a análise das entrevistas realizadas com os policiais, com uma música que faz presente algumas perspectivas já tratadas anteriormente e reforçadas a partir da fala dos próprios sujeitos policiais militares. A abordagem feita até aqui foi de sujeitos que vivenciam relações objetivas e subjetivas de trabalho reforçando a reprodução de um determinado padrão ideal, que abrange a visão do policial enquanto ser humano diferenciado e, como tal, avesso às vicissitudes que perpassam o restante da população. Nesse entendimento, a música aqui exposta é no sentido de crítica à aparência estabelecida de um sujeito policial militar que é desprovido de sentimentos, fraqueza e falhas: “Guerreiros são pessoas/ Tão fortes, tão frágeis/ Guerreiros são meninos/ No fundo do peito”. E também, elencar o que está por trás das exigências sociais, que deveria ser a base para a formação desse policial, que são condições de trabalho dignas, o que podemos expressar pela passagem da música “Precisam de um descanso/Precisam de um remanso/Precisam de um sono/Que os tornem refeitos”. Sublinhamos a dificuldade desses policiais em lidar com situações de uso problemático de drogas e como essa presumida omissão da realidade pelas diversas instituições e pela cortina de fumaça que é o “super-homem” policial, impactam em abordagens escassas em prol de amenizar/sanar esses dilemas.

Além dessas questões, importa ressaltar ainda os significados atribuídos ao trabalho por esses profissionais e as relações estabelecidas a partir disso como processo, tanto de adversidade, como de progresso, na situação de uso problemático de drogas.

O universo da pesquisa envolveu todos os policiais militares da cidade de Salvador-BA que exercem regularmente suas funções, que somam um total de 11.657 PMs. A amostra corresponde a cinco policiais militares que fazem uso excessivo, abusivo ou problemático de substâncias psicoativas.

Uma observação importante é sobre a quantidade de policiais militares serem ou não suficiente para tirar conclusões de toda uma classe profissional. Em que pese as correntes que defendem quantidades mínimas para se ter uma amostra satisfatória que possibilite análises mais próximas da realidade, há que se considerar que trata-se de pesquisa qualitativa, e que o público que ora nos propomos a analisar é de difícil acesso pela própria característica histórica, social e cultural da instituição. Assim sendo, essa análise, ainda que possa parecer diante do universo de policiais militares de Salvador muito pequena, revela os significados sociais atribuídos à drogas por estes sujeitos ainda que de forma aproximada. Sobre essa dificuldade de estudar temáticas que possuam sujeitos estigmatizados e a importância de considerar o público entrevistado, ainda que em quantidade pequena da amostra com relação ao total, MacRae, (2004, p. 42) afirma que

[...] uma fonte freqüente de preocupações e alvo de críticas à metodologia qualitativa é a questão da amostragem. No estudo antropológico de usuários de drogas ilícitas, por exemplo, cobra-se com freqüência que o tamanho da amostra seja suficientemente grande para que os achados possam ter sua significância estatisticamente validada. Mas

dependendo do tipo de informação que se procura levantar, isso nem sempre é viável ou até desejável. [...] em todas as situações em que se pesquisa comportamentos socialmente estigmatizados, sabemos que, por se tratar de uma população parcialmente oculta, seu tamanho e sua composição só podem ser vagamente estimados. Isso dificulta sobremaneira o cálculo do tamanho ideal para uma amostra, e a avaliação da significância de resultados quantitativos como os obtidos a partir de questionários fechados.

Diante disso, adota-se nesse trabalho a perspectiva de que a quantidade de sujeitos pesquisados, embora pequena, é qualitativamente muito significativa e dá conta de estabelecer um panorama geral da experiência de policiais na condição de uso problemático de “drogas”.

4.1 TRAJETÓRIA DA PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Nossa experiência de estágio no Departamento de Promoção Social (DPS) da PMBA permitiu a aproximação com a realidade dos policiais militares que vivenciam a situação de uso problemático de álcool e outras drogas, conforme já sinalizado. O contato com os sujeitos da pesquisa se desenvolveu a princípio por meio da observação e das intervenções enquanto estagiária, momento no qual foi suscitado o interesse pelo objeto de estudo.

O primeiro grande desafio foi a autorização do Comandante Geral da Polícia Militar da Bahia para dar início à pesquisa de campo no DPS. O processo, que foi longo, envolveu vários contatos junto aos cargos da hierarquia que compõem a PMBA, desde a chefia do Serviço Social do DPS, ao Comandante Geral da instituição. Após este procedimento solicitamos a permissão dos policiais para a realização das entrevistas, as quais contaram com um roteiro (semi-estruturado). A questão da confiança foi de extrema importância uma vez que esses policiais acreditaram na perspectiva do sigilo que seria mantido na divulgação do material, de modo que permitiram inclusive gravar as entrevistas. Acreditamos que o fato desta autora também ser soldado da polícia militar contribuiu para que este processo ocorresse de forma mais tranquila, uma vez que por estarem falando com uma colega de trabalho, a entrevista se tornou mais fluida. Pudemos nos espelhar nas palavras de Zaluar (2012, p. 208) quando relata sobre sua pesquisa com populações vulneráveis:

[...] o sucesso da empreitada, que exige a interação com muitos sujeitos entrevistados, depende sobremaneira da postura ética de respeito à liberdade e dignidade desses sujeitos. Sem isso, a pesquisa é abortada por eles mesmos, que passam a se recusar a interagir com o pesquisador. A relação social entre pesquisadores e os sujeitos que constituem seu objeto de estudo exige reciprocidade e confiança.

Outros dilemas posto à pesquisa de campo ocorreram com relação a alguns aspectos que se referem à ética na pesquisa. Entendemos que o uso problemático de “drogas” por policiais militares é visto de forma enviesada pelos gestores institucionais, pela população em geral e pelos próprios sujeitos. Dessa forma, estes policiais são, muitas vezes, vistos pela perspectiva do “desvio”,

rotulados e estigmatizados. Questões essas que se agravam quando se trata do uso de substâncias consideradas ilícitas pela legislação brasileira.

A ética na pesquisa tem seus marcos e suas principais bases nas diretrizes postas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), com destaque nos direitos individuais, em prol de garantir o direito à imagem e à privacidade. Apesar dos aspectos positivos desses avanços para a área da pesquisa, Zaluar (2012, p. 192) aponta alguns entraves à necessidade do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) exigido para estes procedimentos: “A questão, portanto, passa a ser quando e de quem será exigido o termo de consentimento. Será necessário ou conveniente para toda e qualquer pesquisa?”. Dessa forma, a problematização em pauta é a relativização da exigência de ter o termo de consentimento assinado pelo sujeito pesquisado, uma vez que em determinadas situações isso impactaria não só no rumo da pesquisa, como também na própria existência desta. Assim, a autora defende que:

Não há nem poderia haver a exigência de um termo assinado pelas pessoas que são objeto da observação e da inquirição etnográficas, base do trabalho de campo que caracteriza a disciplina. Seu código de ética, para os antropólogos, exige, no entanto, conforme decidido pela Associação Brasileira de Antropologia, no período 1986-1988, que sejam preservados os seguintes direitos das populações que são objeto de pesquisa: 1. Direito de ser informada sobre a natureza da pesquisa; 2. Direito de recusar-se a participar de uma pesquisa; 3. Direito de preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais; 4. Garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado; 5. Direito de acesso aos resultados da investigação; 6. Direito de autoria das populações sobre sua própria produção cultural. (idem, p.195-196)

Dessa forma, há um enorme debate e denúncia por parte da Associação Brasileira de Antropologia por conta das normatizações do Ministério da Saúde no que se refere ao desrespeito entre as fronteiras existentes entre a antropologia e as outras disciplinas. (Zaluar, 2012, p. 196)

A presente pesquisa partiu desta perspectiva posta por Zaluar (Idem), entendendo que o uso do Termo de Consentimento poderia impossibilitar a pesquisa de campo. Prosseguimos com o respeito ao Código de Ética conforme proposto pela Associação Brasileira de Antropologia, já exposto. Para fazer essa escolha, levamos em consideração a dificuldade encontrada na identificação de policiais militares dentro do perfil da pesquisa que quisessem expor suas trajetórias numa entrevista e que, portanto, não poderíamos arriscar que um documento formal impossibilitasse a pesquisa, o que poderia ocorrer em função da possibilidade dos próprios sujeitos temerem o risco de exposição de suas identidades. Outro aspecto que Zaluar (2012, p. 196-197), problematiza sobre esse impactos nas diversas áreas de conhecimento é dito da seguinte forma:

De fato, a exigência do TCLE pode significar o fim do trabalho de campo etnográfico na área de saúde, onde vigora tal exigência. Até mesmo epidemiólogos e outros estudiosos da área [...] veem suas pesquisas em temas prementes como o uso de drogas e a sexualidade, contestadas pelos comitês de ética [...].

Com objetivo de preservar a intimidade dos policiais militares, foram atribuídos codinomes a cada entrevistado. Com relação a estes codinomes, sua origem vem de uma estratégia utilizada pelos policiais para não serem reconhecidos no trabalho operacional, levando-se em conta que a violência urbana perpassa a atuação desses profissionais de forma direta. Assim:

Como estratégia para lidar com o sentimento de insegurança, a condição policial acaba por exigir “um estilo de vida” diferenciado. O policial se sente “vigiado tanto no batalhão quanto fora dele”. E essa situação pauta a vida desses servidores que, ao mesmo tempo, se sentem marcados pela identidade corporativa e precisam encontrar estratégias para ocultá-la como medida de proteção. (MINAYO et al, 2008, p.202)

Deste modo, um policial militar, na sua folga, poderá ser reconhecido por um sujeito com o qual já tenha realizado alguma ocorrência, a partir de seu nome, por exemplo. Dentre estas estratégias para driblar o reconhecimento, os policiais evitam chamar uns aos outros pelo seu nome de guerra²¹, atribuindo a eles alguns codinomes. Diante disso, os policiais militares entrevistados serão identificados por algum desses mesmos codinomes, a saber: Juca, Marrom, Selva, Azul e Guerreiro. As unidades a que pertencem os policiais também não serão divulgadas. Uma informação que será exposta é a graduação hierárquica dos sujeitos, uma vez que não prejudica o sigilo e consideramos ser informação importante o lugar que o sujeito ocupa nessa instituição.

Com relação ao perfil dos cinco entrevistados, quatro fazem uso problemático de álcool – Juca, Marrom, Selva e Guerreiro – e um de cocaína – Azul. Três deles foram (ou continuam sendo) acompanhados pelo DPS – Marrom, Azul e Guerreiro –, e dois nunca passaram pela organização para atendimento - Juca e Selva. Conseguimos entrevistar representantes de todas as graduações, sendo dois Soldados (Marrom e Azul), um Cabo (Juca), um Sargento (Selva), e um Sub-Tenente (Guerreiro), o que nos permite uma melhor dimensão dessa realidade. No entanto, não conseguimos entrevistar nenhum policial do quadro de oficiais, pela questão já discutida, qual seja, de existirem em quantidade menor, com acesso à melhores condições de vida e trabalho o que, conseqüentemente, irá repercutir no quantitativo menor de oficiais em condições de uso problemático de drogas e/ou então sua menor exposição. Quanto ao tempo de serviço prestado à PMBA, o Cabo Juca, o Sargento Selva e o Sub-Tenente Guerreiro possuem entre 25 e 29 anos de polícia; o soldado Marrom e o soldado Azul possuem entre dois e oito anos de instituição.

21 Quando a pessoa começa a fazer parte de uma instituição militar é adotado o seu “nome de guerra”, ou seja, um dos seus nomes (primeiro nome, sobrenome, etc) será adotado como seu nome na instituição. Esse nome será ostentado em toda farda que o profissional vestir e, conseqüentemente, adotado pelos seus pares.

4.2 PERCEPÇÃO DO USO DE “DROGAS” POR POLICIAIS MILITARES

A questão inicial da entrevista teve como referência a percepção desses sujeitos da incidência do uso de drogas por policiais militares. Esse questionamento mais geral teve por objetivo situar os entrevistados quanto à temática abordada e identificar como eles percebiam essa questão, embora já soubéssemos de antemão que todos já fizeram uso abusivo de algum tipo de droga.

As respostas a esse questionamento sobre a incidência de uso de álcool e outras drogas entre policiais foram muito diversas. Alguns reconhecem apenas que existe, outros expressam o quanto o uso de determinada substância é natural, além da abordagem polarizada entre drogas lícitas e ilícitas e as consequências do uso. Sobre isso, os entrevistados se pronunciam:

Existe. (Selva)

Acho que é natural porque é uma coisa lícita. É natural! Agora, a maioria dos policiais são envolvidos com a bebida, uns de uma forma natural e outros, pouquíssimos outros, por vício da bebedeira. (Juca)

Eu acho que sim, eu acho que tem... eu acho que é bastante comum a utilização de bebidas até mesmo em decorrência da situação profissional. Eu já vi vários policiais que tinham uma vida normal quando entrou na polícia a desmantelarem a vida inteira justamente problemas da... não tem um serviço social que apoiasse... que apoie o policial. O policial tá com um problema em casa, tá com um doente, com problema financeiro, ele procura uma fuga, né!? Ou um meio em que convive, ele aprende ou começa a participar aos poucos de rodinhas de colegas, começa a conversar, bater aquele papo, uns que não bebem passam a beber... é bastante comum! Eu não tenho muito conhecimento com policiais que usam drogas ilícitas, eu tenho uns dois ou três exemplos de policiais que eu conheci. Mas quando eu os conheci na verdade eles já faziam uso da substância, talvez não tenha sido decorrente da profissão! Antes de entrar na polícia eles já possuíam algum vício... Agora o álcool, é muito fácil da pessoa passar a beber, a consumir. Não porque é policial, mas é o ambiente, o meio. (Marrom)

Tem muitos policiais que vão pras drogas; tem outros que vão pras drogas ilícitas; tem outros que vão pras drogas lícitas. Agora eu vejo muito, principalmente quando eu tava internado, muita gente, muito policial com problema mental que acabava se entregando às drogas, ao álcool. Via muito por causa de álcool, mas não tanto assim por causa de droga mesmo, ilícita. Mas via muito por causa de álcool. (Azul)

Hoje em dia eu acho até que diminuiu em relação ao que era antes. Porque hoje os policiais têm uma facilidade maior em relação a muitas outras coisas, né!? Por exemplo, a condição financeira do policial hoje é melhor do que antigamente, o policial hoje não tem tanto filho quanto ele tinha antes, e isso tudo... uma série de situações! Outro, filho morando de aluguel... E hoje não! O policial normalmente tem a casa dele, já tem uma condição financeira melhor, já tem um carrinho, já tem uma situação social bem melhor do que era antes. Então eu acho que a incidência hoje é bem menor em relação a antigamente. (Guerreiro)

Como observado nas falas, a incidência maior entre os policiais é do uso de álcool. Este uso tem sua existência reconhecida, naturalizada e até incentivada quando se trata de um uso que parece não trazer maiores problemas para a vida do policial. Este uso é, portanto, bom e até desejável, “não por ser policial, mas é o ambiente, o meio”, conforme trazido na fala de Marrom. Ou seja, faz parte

da cultura policial militar uma vida social pautada no uso do álcool. A naturalização vem não só da cotidianidade do seu uso, mas também pelo fato de ser uma droga lícita, conseqüentemente, poderíamos afirmar que na concepção do policial, uma droga com menor poder de dano para o indivíduo quando comparada com uma droga ilícita. No entanto, o dilema que perpassa o uso é quando ele se torna problemático, a exemplo do “vício da bebedeira” citado por Juca. A partir de então o álcool passa a ser um vilão. A pesquisa documental realizada no DPS demonstra que dos policiais que foram atendidos pelo setor de Serviço Social com demanda relacionada a uso problemático de substâncias psicoativas, 71,12% informava fazer uso de álcool.

A droga ilícita é considerada como um mal por si só, independente das formas e conseqüências do seu uso, consubstanciando o que Vargas (2001) chama de “partilha moral”. Essa perspectiva perpassa a visão não só do policial, mas da população em geral no que tange ao negligenciamento das conseqüências nefastas do álcool e a demonização do uso de outras substâncias psicoativas. Dessa forma, a concepção distorcida e polarizada das substâncias repercute na forma como serão tratados os indivíduos que fazem uso, de acordo com a substância, hierarquizando e estigmatizando esses usuários.

O policial entrevistado que faz uso de cocaína esboçou uma visão que abarca o caráter diverso do uso dessas substâncias:

(...) se ela fosse ruim, ninguém consumia, né!? Ela tem seu lado, entre aspas, bom, que faz você esquecer. Ela leva você em poucos momentos, intervalo de momento... daquela ansiedade, daquela euforia, que me dava... com a droga... e fazia eu esquecer de tudo! Eu não lembrava de meu pai, eu não lembrava de ninguém. (Azul)

E em outro momento, relata:

Mas foi tudo bem rápido! Eu fiquei 2 anos usando droga, nunca tive problema nenhum. Aí, em menos de 6 meses, tive esses dois surtos. Tive esses dois problemas aí. Mas só que eu fiquei muito tempo usando droga e não tive nada, tive conseqüência nenhuma. Conseguia trabalhar normalmente, tinha uma vida social normal. Mas de uns 6 meses pra cá que eu comecei a ficar trancado dentro de casa. Aí foi quando eu realmente tava já tendo conseqüências do uso abusivo da droga. (Azul)

Não é a droga em si que é um problema para a sociedade, várias pesquisas comprovam que esse uso é identificado desde o início da história da humanidade. O grande desafio para a atualidade é o uso incontrolado de substâncias psicoativas que envolve diversos fatores, como infere Zaluar (2011, p.4)

Não é a demanda por drogas, decorrente de mudanças nos estilos de vida, que merece o qualificativo “destrutivo”, mas o uso incontrolado que envolve usuários com certas características pessoais e sócio-econômicas. Neste caso, o consumo obsessivo advém de variados problemas socioeconômicos que não conseguem enfrentar - baixo rendimento escolar, desemprego, discriminação, pobreza, conflitos familiares ou abandono familiar - acompanhado pelo aumento impressionante de crimes contra a propriedade e contra a vida.

Nessa mesma perspectiva, uma questão importante destacada na fala de um dos policiais foi o paralelo entre a incidência do uso de “drogas” antigamente e nos dias atuais tendo como marco a melhoria nas condições de vida e trabalho desses sujeitos, uma “facilidade maior em relação a muitas outras coisas”, como afirmou Guerreiro. Este policial identifica que o uso problemático de substâncias psicoativas por PMs diminuiu a partir do momento que houve uma melhora na condição financeira dos policiais, exemplificada com a posse de bens como carro, apartamento. Este fato demonstra que a melhora na condição de vida é um suporte importante para a diminuição dos riscos advindos do uso de “droga”.

Os policiais militares entrevistados identificam o uso de “drogas” como algo natural quando se trata de substâncias lícitas, como o álcool que inclusive tem seu uso tido como parte da cultura policial; e o uso de substâncias ilícitas genericamente visto como algo problemático. Essas afirmações, no entanto, convivem com a constatação desses sujeitos de que o álcool pode levar a problemas e o único que compara o uso de álcool com o de “droga mesmo” (as ilícitas) é o sujeito que faz uso de cocaína e afirma que quando esteve internado percebeu que existe a maior incidência de problemas relacionados ao uso de álcool, talvez até por ser mais utilizado. Dessa forma, constata-se uma “partilha moral” (Vargas, 2001) na visão dos policiais sobre a incidência do uso, que perpassa não só a visão dos policiais, mas também da instituição, o que pode dificultar inclusive o reconhecimento do que seja de fato um uso que traz maiores problemas para a vida dos sujeitos de um uso ocasional, uma vez que para eles essa visão está mais objetivada nas substâncias do que nas situações de uso.

4.3 RELAÇÃO COM OS COLEGAS DE TRABALHO: “O PROBLEMA É O QUE ACONTECE NOS BASTIDORES” (MARRON)

As relações sociais estabelecidas entre os policiais militares usuários de “drogas” entrevistados e seus pares foram abordadas de duas formas: ao mesmo tempo em que acreditam que são compreendidos na situação vivenciada e que os colegas procuram “ajudar”, relatam também o quanto se sentem discriminados. O que fica claro nas seguintes falas:

Alguns criticam, outros aconselham ele a procurar algum lugar para poder se tratar. (Selva)

Tem! Tem apoio dos colegas. [...] tem aqueles que criticam. Com certeza tem aqueles que criticam! Tem aqueles que apóiam [...] (Guerreiro)

Com relação ao local que eu fui trabalhar eu tive um apoio sim de colegas. Eu acho que se empenharam mais em se preocupar com meu problema do que a instituição. (Marrom)

No entanto, no que se refere ao estigma negativo atribuído pelos colegas de trabalho aos policiais em condição de uso, os entrevistados admitem a sua existência e aprofundam essa discussão demonstrando como esse comportamento interfere na sua auto-imagem:

E os colegas... É isso! Ficam às vezes com maus olhos, né!? Maus olhos... Às vezes é piada, sai piada e tudo! Aí isso mancha o profissional, mancha o ser humano! (Juca)

A maioria acha que é “ah, discarção!”. Pra mim o alcoolismo é uma doença, tem que ser tratada como qualquer outra. Agora infelizmente existe na corporação alguns colegas que criticam, ne, ao invés de procurar ajudar. (Selva)

Apesar de ser bastante comum, na frente da pessoa geralmente não se fala, se brinca, tal. Mas o problema é o que acontece nos bastidores! Na verdade, ninguém tá sabendo o que o colega tá passando e levantam várias hipóteses: por que é que o policial tá faltando o serviço? Por quê que o policial tá com um comportamento diferente? [...] É uma situação chata pra pessoa que tá passando por um problema junto aos colegas que estão imaginando, e cada vez mais imaginando coisas mais fantasiosas. (Marrom)

Ah, é assim... ninguém fica conversando nada pela frente. Se há alguma conversa, é por trás, entendeu? Então, eles não chegam pra ficar falando com você diretamente “Há!! você foi pro DPS, você foi pra isso... você foi pra aquilo”. Não! Isso deve existir. Existe! Agora, por trás. Não vão falar nada na frente, entendeu? (Guerreiro)

No que se refere ao policial que faz uso de substância tida como ilícita pela legislação brasileira, foi relatada sua tentativa de omitir o uso perante os colegas. Essa postura é compreensível dado o fato de que à Polícia Militar cabe a função de coibir práticas de uso dessas substâncias e, portanto, este uso é bastante reprimido e estigmatizado dentro da instituição. Dessa forma esse policial, apesar de ter sido internado por ter tido um surto psicótico que teve algum tipo de relação com o uso de drogas, alega que os colegas de trabalho não sabem sobre isso. Diz ele:

Os colegas sabem que eu surtei, mas não o motivo que me levou a surtar. (...) A respeito da droga... eu creio que nem todo mundo sabe! Alguns sabem porque eu mesmo contei. Os policiais de minha turma sabem por que eles me ajudaram. (Azul)

Becker (1928) denomina um sujeito que desvia das regras geralmente aceitas por determinado grupo, como “outsider”. O autor situa o desvio como uma criação do grupo, pela sociedade: “O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal.” (idem, p.22) Os policiais que fazem uso problemático de drogas são vistos enquanto sujeitos que desviam das regras morais da instituição. Essas regras perpassam toda a sociedade, mas na polícia militar elas tendem a se agravar pela construção social deste profissional visto enquanto superior às circunstâncias humanas mais comuns ligadas à subjetividade, como as características de fragilidades emocionais, sendo percebidas como fraqueza. Dessa forma, o grau de responsabilização e culpabilização desse profissional se tornam maior, o que nos leva a refletir, conforme Becker (1928, p.25), que “o grau que um ato será tratado como desviante depende também de quem o comete [...]”

Na mesma questão da entrevista com os policiais no item que se refere ao relacionamento com seus pares, um dos entrevistados mostra como o uso de droga ilícita interfere na própria identidade. Segundo ele,

Na verdade eu acho que eles ficam meio receosos, né. Porque me conheceram de um jeito, mas na verdade eu era outra pessoa. (Azul)

E completa dizendo como ele gostaria que os colegas o vissem:

Mas agora eu quero que as pessoas me vejam como exemplo, para que não façam o mesmo! [...] Todo mundo tá sujeito a passar por um problema e acabar se refugiando na droga, o que não é o correto. (Azul)

Dessa forma, o próprio policial em situação de uso problemático vê sua imagem modificada diante da forma com que seu reconhecimento é formulado por seus pares. Para compreender isso, retomamos Becker (p.42, 1928) quando diz que:

[...] ser apanhado e marcado como desviante tem importante consequências para a participação social mais ampla e a auto-imagem do indivíduo. A mais importante é uma mudança drástica em sua identidade pública. Cometer o ato impróprio e ser apanhado lhe confere um novo status. Ele revelou-se um tipo de pessoa diferente do que supostamente era.

A imagem do indivíduo quando entra para a corporação militar é pautada em princípios morais e éticos do “ser policial”. É dessa identidade construída que, a partir do uso de drogas, ele relata se afastar. Essa identidade militar é formada a partir do primeiro contato na caserna, no Curso de Formação, mas perpassa todas as relações do cotidiano profissional. Como afirma Oliveira (2012, p. 80)

A “morte ritual” do indivíduo que ingressou na PM dá lugar [...] à chegada de um “outro indivíduo” - aquele que, enclausurado, passou por um conjunto de procedimentos que, sutis ou não, o modelaram e o transformaram, fazendo-o assumir uma nova concepção de si mesmo, uma nova identidade - a de sujeito militar. E aí se inicia a segunda etapa do processo de socialização.

Essa nova identidade é cotidianamente vigiada, e os “desvios” prontamente taxados e rotulados. Apesar da hierarquia ser de extrema importância no que se refere ao controle e à vigilância, em determinado momento, esses sujeitos já estão convencidos do caráter “verdadeiro e relevante” das regras, fazendo com que estas se tornem naturais. Nas palavras de Oliveira (2012, p.80)

[...] a vigilância não é concretizada apenas pelos superiores, mas, também pelos próprios colegas: na disputa pelo poder: o/a policial militar vai sendo moldado/a à normas, regras, vigilâncias de tal forma que estas passam a fazer parte do próprio sujeito militar que a reproduz. Inclusive, as próprias posturas profissional e pessoal dos/as policiais são, muitas vezes, confundidas de tão fortemente assimiladas que são as normas disciplinares.

Outra abordagem dada pelos entrevistados sobre a relação com os colegas foi a vinculação da sua imagem com estereótipos atribuídos aos usuários de drogas. Sobre isso, Becker (p.43, 1928) discorre: “A posse de um traço desviante pode ter um valor simbólico generalizado, de modo que as pessoas dão por certo que seu portador possui outros traços indesejáveis presumivelmente associados a ele.”.

Uma pesquisa feita sobre os policiais da PMBA, em 2009, discute a estigmatização e o preconceito vivido por policiais que são dependentes de “drogas”. Nas palavras da autora:

[...] diante da análise dos registros das unidades de Assistência Psicológica e de Perícias Médicas da Polícia Militar da Bahia, verificamos que dos 10 policiais militares dependentes de substâncias psicoativas (100% da amostra) todos já sofreram discriminação na Corporação. Este dado confirma o pressuposto de que o PM vítima da dependência química sofre duplamente, pela doença fisicamente e pela estigmatização social, sofrimento psicológico (Souza *apud* Santos, p. 25, 2013).

Nessa mesma linha, um dos nossos entrevistados relatou como eram estereotipados os sujeitos que necessitavam ir para atendimento no DPS, antigo Sevap:

[...] todas as pessoas que iam pra lá “ah, você virou sevapiano”! Sempre tem aquela brincadeira da pessoa que tá se tratando. (risos) (Marrom)

A relação dos policiais militares que são aqui identificados enquanto em situação de uso problemático de substâncias psicoativas com os seus pares se divide entre a perspectiva da preocupação e ajuda enquanto colega de trabalho e a rotulação do sujeito enquanto um “outsider”, desviante das regras moralmente impostas. No que se refere ao viés do “desvio”, essa postura tem relação com a absorção da cultura institucional de padrão ideal de conduta dos profissionais, sem levar em consideração questões como as vicissitudes humanas de fragilidade e adoecimento. Quanto aos policiais militares que fazem o uso problemático de drogas, principalmente as ilícitas, internalizam também os valores ditados pela instituição, porém, com relação aos colegas absorvem e tentam lidar com as duas abordagens. Nesse sentido, ressaltamos a felicidade exposta por eles quando do apoio dos colegas, percebido na entrevista, principalmente quando um dos policiais expressa como recebia esse apoio em sua unidade:

“E aí, como é que você tá?” Dava sempre um sorriso. (Marrom)

Essa fala demonstra que as relações interpessoais estabelecidas entre os sujeitos ora analisados e os seus pares são de suma importância no que se refere à sua situação de uso problemático de “drogas”. Assim, a discussão da temática de uso problemático de drogas deve ser ampliado na instituição e analisado para além do viés do “desvio”, da rotulação e da estigmatização, em prol da dignidade do sujeito que se encontra nessa situação.

4.4 O PAPEL DA FAMÍLIA

A visão que os policiais têm sobre a família é amparada em três ideias principais: é a instituição que eles mais apontam como fonte de apoio, a que mais sofre com essa problemática e, algumas vezes, é apontada como o lugar de onde partiu o uso problemático.

Quanto ao apoio da família identificado pelos policiais, apareceu das seguintes formas:

Ela [a esposa] me dava o apoio assim sempre me chamando atenção né? Sempre me chamando à atenção! Cuidando das minhas coisas e tal. (Juca)

Oxe! Minha família eu tive total apoio! Minha mãe, meus familiares, todo mundo me apoiou. (Azul)

A princípio é aconselhando, é: “olha, vai ter um aniversário, mas você não vai beber. Se você vem, você não pode beber.” [...] Então minha família está sempre, como se diz, apoiando, dando as negativas, aconselhando: “Olhe não gosto de ver você beber porque você muda, você se transforma outra pessoa.” (Guerreiro)

Quanto ao sofrimento que perpassa a família dos policiais que fazem uso de “drogas” foi relatado apenas por um policial:

Em relação a minha família... realmente fica aflita, né!? Porque quando o cara começa a beber, beber, beber muito e sair da rédea... Começa a sair da rédea... Aos poucos... A gente não vai vendo, vai achando que tá tudo normal. Aí depois começa a aparecer as coisas negativas e a família que fica aflita! Porque família é como o todo, né. E aí doendo em um, dói no outro. Dói no filho, dói na filha, dói na esposa. É um irmão ou uma irmã que não bebe ou que bebe menos... Quando a gente tá saindo da linha, a família toda fica triste... que sofre com isso. (Juca)

Já as problemáticas vivenciadas no âmbito das famílias também aparecem nas falas dos policiais enquanto possíveis “motivação para o uso de drogas”, algumas vezes apontado como único motivo atribuído na situação de uso abusivo de “droga”. Embora, no decorrer das entrevistas, esta questão aparece muito relacionada com outras situações vivenciadas.

[...] assim, minha mulher teve dois AVCs como ocorrência de uma trombose; teve um aneurisma cerebral; teve uma fase muito conturbada. Gastei muito dinheiro, dívidas... O pior de tudo, é que à qualquer momento ela poderia vir a óbito. Então chega uma hora que a panela de pressão explodiu e o soldado que já tava também cheio de problemas na vida profissional, respondendo processo por causa de vagabundo... o cara pega o vagabundo hoje que atira no cara e você que vai ser ouvido. Audiência por cima de audiência. Pressão no quartel.. não pode chegar atrasado; não pode faltar ao serviço pra dar assistência em casa. E quando você se vê pressionado, aí... “vamo ali tomar uma cerveja”. Então, no meu caso, particularmente, eu me joguei um pouco. Passei uma fase aí que... eu pensei: vou largar tudo pra cima aí! Aí comecei a tomar uma cervejinha... E eu não era de beber. Passei a tomar duas, três. (Marrom)

Eu via na droga um refúgio pra fugir dos meus problemas, né. [...] Porque também assim, quando meu pai morreu, meu pai era o alicerce da casa, então desnordeou muito a minha família! Minha mãe ficou meio... com as dores dela, né, com os problemas dela. E eu com

meus problemas também, mas não queria transparecer. Aí quando eu explodi, explodi de vez. Aí quando eu me vi eu “tava” sozinho, não tinha mulher, não tinha mais minha mulher, não tinha mãe, não tinha ninguém. Aí só “tava” só me aprofundando nas drogas, me aprofundando, me aprofundando... Quando eu vi já tinha dois anos já usando droga. (Azul)

A família, de uma forma geral, é identificada como uma das mais antigas instituições enquanto provedora de bem-estar. Essa perspectiva, na atualidade, dá margem a uma série de equívocos e generalizações do papel da família enquanto espaço de consenso, marcada sempre por profundos afetos e de relações amigáveis. Pereira (2010, p. 36) chama a atenção para o fato de que, como qualquer outra instituição, a família tem seu lado forte – de amparo dos sujeitos, de socialização, de solidariedade –, mas também seu lado fraco, enquanto espaço em que pode haver violência, exploração, sujeição.

O conceito de família aqui considerado diz respeito a:

[...] um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido (MIOTO, apud MIOTO, p. 21, 1998)

A relação estabelecida entre Estado e família foi caracterizada historicamente entre o viés do controle social de algumas famílias e a elaboração de parceria em prol da reprodução social. Como afirma Miotto (2010, p.51) “[...] a construção histórica dessa relação foi permeada pela ideologia de que as famílias, independentemente de suas condições objetivas de vida e das próprias vicissitudes da convivência familiar, devem ser capazes de proteger e cuidar de seus membros.”

Portanto, as questões apontadas pelos policiais militares dessa pesquisa expõem esse papel contraditório e múltiplo da família na contemporaneidade. Ao mesmo tempo em que pode ser identificada enquanto espaço de apoio e refúgio, pode ser também local de dissensos e coalizões. A relação dos sujeitos policiais militares que fazem uso problemático de drogas e suas famílias corresponde, muitas vezes, à instituição que mais sofre e que é mais cobrada, em detrimento muitas vezes do papel que é posto socialmente à família, mas também à deficiência das outras instituições. Nesse sentido, o papel das políticas sociais, no que tange à garantia de direitos sociais como saúde, transporte, moradia, a todos/as interfere nas diversas esferas da vida de um sujeito e pode impactar, também, nas relações estabelecidas dentro do âmbito familiar. Dessa forma, a falta de acesso a direitos sociais como reflexo da ineficácia das instituições sociais em garantir melhora nas condições de vida das pessoas, interfere nos vários âmbitos da vida. No entanto, a responsabilização pelo provimento destas questões, muitas vezes, vai recair na própria família – ela mesma também sujeita à relações fragilizadas em virtude desse mesmo contexto social.

4.5 APOIO INSTITUCIONAL E EXTRA-INSTITUCIONAL

Existe na PMBA o Departamento de Promoção Social (DPS) que conta com equipe multidisciplinar (assistente social, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, etc.) que tem como um de seus objetivos dar suporte ao policiais em diversas problemáticas que perpassam a sua vida profissional. Quanto ao uso problemático de substâncias psicoativas, a porta de entrada do DPS é, no geral, a Coordenação de Assistência Social (CAS). Essa coordenação faz a triagem das demandas do sujeito e adota os procedimentos cabíveis, em sua maioria encaminhamento para redes internas (Coordenação de Assistência Psicológica) e externas (clínicas particulares, filantrópicas etc.). Antes do DPS ser departamento, era um serviço – Serviço de Valorização Profissional (SEVAP), vinculado ao Departamento de Pessoal (DP).

Todos os entrevistados quando questionados sobre o apoio institucional relatam que ele existe, seja da própria instituição por intermédio do DPS ou identificados por eles por intermédio dos comandantes (policiais do posto de oficiais) da instituição.

Quando chega por parte do indivíduo que bebe, que tá sofrendo por conta do alcoolismo, da bebida... Quando chega ao conhecimento da sua unidade, do comando, por parte desse indivíduo, e ele pede o apoio. É dado o apoio, entendeu!? Se faz os colegas ou até o próprio comando, se faz presente pra ajudar. (Juca)

Eles procuram encaminhar pra... porque antes... hoje tem o Sevap, esses órgão da polícia que acompanham o policial quando ele faz uso de álcool. (Selva)

Tive, tive. (...) Aí eu procurei, depois que eu procurei eu tive total apoio. (Azul)

Total. Pelo menos no meu caso tem sido um apoio total. (Guerreiro)

Eu... institucional... não tive apoio! Teve a boa vontade até deles quererem dar esse suporte, (...) Com relação ao local que eu fui trabalhar eu tive um apoio sim de colegas, eu acho que se empenharam mais em se preocupar com meu problema do que a instituição. Mas como usam a farda, levam o nome da instituição nos ombros né, eu acho que a instituição que sai com o mérito. (Marrom)

Outra questão é a perspectiva que os policiais apresentaram de que se faz necessário a auto-declaração da necessidade de apoio para que esse seja prestado, embora os outros dois entrevistados não tenham tratado sobre essa temática:

Agora, é necessário que a pessoa que precisa desse apoio relate isso, ne, aos comandantes! Pra que seja tomada alguma medida! Mesmo porque... pra não ficar um indivíduo doente no meio dos companheiros na instituição. Agora, se ele também não busca ajuda, ninguém pode adivinhar, né? (Juca)

Então a polícia em si ela não interfere! Ela não vem pra ajudar! Não tem nenhum... o policial tem que correr atrás da ajuda. Eles não observam e “ô esse policial tá com forte indicio que está no álcool, está usando substâncias ilícitas” e tentar direcionar pra um tratamento. (Marrom)

(...) eu tive que procurar. Lógico, né? É o certo. Que vocês não vão adivinhar que eu estou com problema. Aí eu procurei. Depois que eu procurei eu tive total apoio. (Azul)

Uma das justificativas de um dos entrevistados para a pouca interferência institucional para as questões de uso/abuso de drogas é porque o uso se dá fora do ambiente de trabalho:

O cara bebe mais quando ele tá de folga, então a instituição não interfere muito por conta disso, porque como ele tá na folga... Mas, às vezes, repercute no próprio trabalho (...).
(Juca)

Há, portanto, uma perspectiva dos entrevistados de culpabilização do indivíduo que faz uso problemático de drogas, que inclusive justifica o fato da instituição não prestar o devido apoio quando do acometimento de um profissional por ser de âmbito privado.

A perspectiva religiosa enquanto forma de tratamento de pessoas dependentes de droga é abordada de diversas formas, principalmente por intermédio de Comunidades Terapêuticas. Ela perpassa também as posturas de diversos profissionais tendo como alicerce o posicionamento religioso, em especial de religiões protestantes, de que a salvação pode partir de um ser superior. Nessa perspectiva, um dos policiais relatou sua experiência, nas palavras dele:

A instituição ela não tem, poderia ter, mas não tem como ajudar. Tem profissionais pra isso. Eu fui até pra um psicólogo, (...) poxa, ele é um psicólogo ne, mas ele pediu mais pra eu buscar a Deus, então.. (risos). Então pra você ver como é tão vaga, né. Sem querer menosprezar! Que eu também conheço muito pouquinho dessa área. Eu acho que compulsão não é você querer tapar o sol com a peneira, com a religião, com essas coisas assim... básicas, ne, pra falar assim. Isso aí é querer ridicularizar o raciocínio do ser humano e do profissional. (Marrom)

Outro policial, que passou por dois surtos em que um desembocou na sua internação em clínica psiquiátrica particular, abarcou essa discussão referendando a substituição do tratamento “convencional” pelo “religioso”. O motivo relatado por ele para adotar essa medida foi:

Porque no mesmo dia que eu saí do Centro de Recuperação eu usei droga, no mesmo dia. Aí depois que eu comecei a ir pra igreja que eu parei. (Azul)

O avanço quanto à democracia repercute na polícia em diversos sentidos, dentre eles sobre a diminuição/exclusão do arbítrio e o autoritarismo de gestores. Alguns policiais relataram que antigamente os policiais que faziam uso problemático de substâncias psicoativas eram punidos das mais diversas formas, o que pode ser enquadrado como uma criminalização do uso. A base principal para essa postura é o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM) que traz como transgressão disciplinar questões como:

CVIII – Ter em seu poder, introduzir ou distribuir, em área policial-militar, tóxicos ou entorpecentes, a não ser mediante prescrição de autoridade competente; CIX – Ter em seu poder ou introduzir em área policial-militar ou sob jurisdição policial-militar; bebidas alcoólicas, salvo quando devidamente autorizado; CX – Fazer uso, estar sob a ação ou induzir outrem a uso de tóxicos, entorpecentes ou produtos alucinógenos; CXI –

Embriagar-se, ou induzir outro à embriaguez, embora tal estado não tenha sido constatado por médico.

Como já discutido, as transgressões disciplinares podem ter como penalização a advertência, repreensão e detenção. A análise feita do cotidiano profissional da PMBA e, principalmente, da experiência passada por policiais com mais tempo de polícia, percebe-se que essas medidas punitivas eram postas em prática de forma mais incisiva que nos dias atuais, embora as regras postas pela lei continuem valendo. Dos policiais entrevistados, os dois mais antigos fizeram um paralelo entre o começo da carreira com os dias atuais:

Antigamente a polícia via isso de outra forma. Ou seja, quando o cara é alcoolatra alguns comandantes, algumas instituições, eles não viam assim como uma doença. Hoje as coisas já melhoraram um pouco! Eles procuram encaminhar pra... Hoje tem o Sevap, esses órgão da polícia que acompanham o policial quando ele faz uso de álcool. Hoje tá assim! Mas antigamente era diferente! Inclusive eu já tive oportunidade ver até colegas que eram alcoólatras que foram excluídos da polícia pelo fato de...(gesto com a mão de beber). Hoje eu não vejo mais... que eu saiba não. [Ele foi excluído] Porque bebia muito, chegava no serviço em água, bêbado! Bebia em serviço. Aí foram comunicando, comunicando... Aí depois... (Selva)

(...) teve um dia que estava de serviço de coordenador de noite. Aí chegaram 3 pessoas que foram lá [na unidade] justamente pra divulgar o trabalho, o que o pessoal estava fazendo no sentido de apoiar os policiais com problemas. (...) Então nota-se de que de um tempo pra cá, apesar de eu ter vindo aqui [no DPS] apenas 2 vezes, nota-se que houve um empenho maior da instituição voltada pra os policiais que estão nessa situação. Nessas situações como de álcool, como de outras drogas. (Guerreiro)

Este último policial ressalta que, apesar do avanço quanto à arbitrariedade da punição de algumas práticas vistas como negativas, essa postura não perpassa toda a instituição de forma homogênea:

Às vezes seu comandante pode ser uma pessoa que não tolere. Pode ter um colega nosso que tenha um problema e o comandante não seja maleável. A primeira decisão dele seja pegar a caneta e transferir o cara pra casa da zorra! Como hoje na verdade, com toda certeza, eles estão sendo instruídos a agir de forma diferente. (Guerreiro)

Essa afirmação demonstra que, para além das legislações, existem formas mais sutis de punir policiais que tenham uma postura considerada “desviante”, à exemplo do uso problemático de “drogas”.

Para além do apoio institucional, os policiais foram questionados sobre outras vias de tratamento de situações de uso problemático de drogas. Dois dos policiais entrevistados já tiveram experiência própria em outras instituições para além dos serviços disponíveis pela PMBA e relataram suas experiências:

Eu estive internado numa clínica psiquiátrica. Não tem nada a ver! O tratamento é totalmente diferente! É tratamento droga com droga. Um exemplo, o cara usa álcool e

vai usar outra droga pra substituir o álcool. Até o próprio psiquiatra disse que o meu caso era um caso isolado, não era nem pra estar lá. (Marrom)

[...] os remédios não estavam me ajudando em nada. [...] eu sinto que eles me davam o remédio, mas que não estavam me fazendo bem. Aí peguei e parei de tomar. Digo: “eu não vou tomar uma coisa que eu não to me sentindo bem!” Não conseguia dormir, estava com problema no estômago, sentindo azia direto. Falei “rapaz, não vou tomar mais não”. Parei de tomar e não faço uso de nada. Assim, na verdade, uso de droga é psicológico. Quando você decide realmente ser mais forte e dizer que não quer mais, acho que você consegue. (Azul)

Essa crítica ao tratamento ambulatorial feito por clínicas psiquiátricas, remete a uma discussão sobre o que de fato são drogas, pensando o sentido amplo do conceito. A medicalização exacerbada e enquadramento de todo caso o uso problemático de drogas como casos únicos e que devem, portanto, serem dados as mesmas abordagens, exercem um papel muitas vezes ineficaz como os das duas experiências postas. Assim, acreditamos que o uso de drogas deve ser visto de forma multidisciplinar, porque é multicausal. Porém o que se vê é uma tendência à hegemonia médica no tratamento da dependência.

Uma outra experiência relatada de apoio institucional para além da PMBA foi do policial Guerreiro, o qual relata fazer uso problemático de álcool há oito ou nove anos, tendo ocorrido um internamento em clínica psiquiátrica de forma involuntária. Diz ele:

Numa clínica involuntária você fica preso, mas não é preso normal, não! Você fica fechado que...Se é involuntário, como aconteceu várias vezes, o pessoal quer fugir. Então a intenção é fazer a desintoxicação. Seis meses que você passa pela desintoxicação. Você fica seis meses lá, você faz atividades internas, você tem as reuniões, você tem horário pra tudo. Até pra tomar banho tem horário! Não pode ficar tomando banho toda hora, tem horário pra apagar luz, tudo é regrado! (Guerreiro)

E completa:

Você não tem comunicação com sua família no primeiro mês. Comunicação nenhuma! Telefone nem nada. Aí no segundo mês você já pode receber um telefonema sobre um determinado tempo. Aí pronto, você fica esse tempo todo lá! Então, quando os primeiros meses, você fica revoltado. Você quer pegar quem te levou pra lá pelo pescoço se você avistar na frente. Na medida que vai chegando ao fim, que você vê que vai terminando seu tempo, você vai tomando consciência que realmente era necessário, que você tava numa situação deprimente. Você vai se conscientizando, você vai amadurecendo aos poucos. E aí, quando você sai, você agradece até! Você só não pode ver as pessoas que te levaram pra lá nos três primeiros meses... Porque você sair daqui e vai pra outro estado, fica preso e confinado mesmo, você fica preso mesmo no espaço junto com vários outros homens.

Ainda sobre o apoio extra-institucional, este policial relata sua experiência positiva com o Centro de Tratamento de Alcoolista (CATA) das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID)²².

22 O CATA é o centro de tratamento para alcoolista que faz parte das Obras Sociais Irmã Dulce, possui assistência pelo SUS e desenvolve uma série de atividades com “assistência psicoterápica, psiquiátrica, médico-clínica e grupal, tanto em nível ambulatorial como nos internamentos”. Disponível em: <
<https://www.irmadulce.org.br/portugues/noticia/institucional/2006/junho/cata-discute-novos-caminhos-para-assistencia-a-alcoolistas>>, acesso em 31 de Julho de 2017, às 15h.

O CATA é excelente! Os profissionais lá são profissionais mesmo. (...) Quem reclamar do CATA é maluco! (Guerreiro)

Como visto nas falas, o tratamento realizado pelos policiais é feito mais por conta dele mesmo. Ou seja, mesmo na PMBA, os policiais têm que ir em busca desse apoio, uma vez que não tem uma política preventiva ou de identificação da demanda para tratamento. Minayo (et all, 2008, p. 237) descreve a situação vivenciada pelos policiais do Rio de Janeiro que muito se assemelha à situação que trazemos neste estudo. Conforme a autora:

Examinamos as estratégias que os policiais estariam buscando para interromper o uso de álcool ou outras substâncias. Uma boa proporção deles diz que está fazendo esforço para isso por conta própria, embora considere muito difícil se controlar, tendo em vista o contexto de seu trabalho e de sua vida. Em todos os escalões, as estratégias são similares. Entre os que tentam parar de usar drogas, a maior parte sinaliza a falta de suporte institucional para isso. Com baixa frequência, os policiais buscam entidades que mantêm o anonimato, como os grupos de ajuda mútua Alcoólicos Anônimos (AA) e Narcóticos Anônimos (NA), procuram auxílio em religiões e seitas ou recorrem a profissionais da saúde. No entanto, um percentual significativo de cabos e soldados assinalou que precisou buscar hospital de emergência para se desintoxicar.

O apoio extra institucional foi referendado como clínicas particulares e filantrópicas. Quanto ao apoio institucional, percebe-se que os policiais vêem o DPS/Sevap um órgão que existe para colaborar com a sua situação, mas pouco falam de situações concretas de efetividade desses serviços, embora até reconheçam que tem profissionais para isso. Atribuímos esse fato ao efetivo reduzido e a carga de trabalho grande dos profissionais do departamento diante da demanda. Como sugestão para o serviço desenvolvido pela PMBA por meio do DPS, um dos policiais afirmou:

Eu acho que deveria... vocês poderiam continuar essa intensificação nas unidades. Com certeza tem nas unidades que eu falo, como eu disse que três pessoas daqui foram lá [na unidade]. Porque, às vezes, têm pessoas que não tem coragem de vir até aqui, que é muito difícil da pessoa assumir. Mas a partir do momento que o Coronel * desenvolve um trabalho junto com o Major * para que dia de segunda ou sexta feita as unidades coloquem no cronograma pra se reunir com policias, por exemplo... Então, talvez aí a pessoa passe a falar mais, ficar à vontade. Só que é difícil assumir. É um trabalho difícil, mas super válido. (Guerreiro)

Fica claro que o papel preventivo e de identificação da demanda é uma medida importante a ser fortalecida na instituição.

4.6 PROFISSÃO POLICIAL MILITAR E SUA RELAÇÃO COM O USO DE “DROGAS”

A maioria dos policias entrevistados identifica que o cotidiano profissional tem uma relação com o uso de “droga”, principalmente no que se refere ao aumento do “estresse”.

Eu vejo uma relação. Não deveria ter, mas eu vejo uma boa relação. Não pela polícia, mas a atividade... De viver uma vida sob pressão o tempo inteiro. A vida sob pressão. Eu vejo como uma válvula de escape. Tem que ter aquele “happyhouerzinho” tal. O cara quer desabafar, quer conversar, quer sair. (Marrom)

(...) o estresse do dia a dia do trabalho, os perigos do dia a dia do trabalho, problemas também familiares, problemas do dia a dia, corriqueiros e que vai acumulando, acumulando... E na hora que o homem, o indivíduo, tá de folga, ele procura aquele lazer na bebida. Aí aquilo já tá tumultuado na mente dele. E aí, junto com a bebida, proporciona coisas negativas. (Juca)

Algumas injustiças que acontecem. Eu mesmo já fui penalizado por algumas coisas que eu não fiz e às vezes a pessoa se deixa levar e parte pro outro lado né, pro lado do álcool. Fica estressado, fica com raiva da situação que aconteceu, entendeu? Aí parte pro outro lado, se torna um alcoólatra. (Selva)

Em alguns momentos, os entrevistados enfatizam o impacto das exigências do trabalho como fator determinante para a situação em que se encontram.

Eu acho que o trabalho ele contribuiu porque é uma rotina muito pesada. (Azul)

O nível de estresse do dia a dia, às vezes a pressão. Tudo isso leva geralmente a pessoa que já faz o uso, a tendência de piorar. (Selva)

O trabalho diário é duro. É um trabalho que recrudescer o ser e torna duro. Você passa por uma série de situações, você é obrigado a ver e fazer muita coisa e deixa. Endurece você por dentro. (...) Você passa por uma série de situações, você é obrigado a ver e fazer muita coisa e deixa ... endurece você por dentro. Se torna uma coisa comum... [...] Então, às vezes, você sai do serviço mais pesado, quando você sai... no meu caso eu vou tomar uma cerveja. Por exemplo, o último serviço que eu tirei, tinham sido pegos dois caras que estavam roubando, tavam de moto roubando e com uma arma na mão. Então, isso começou 10 hrs da noite e deu 5 hrs da manhã a gente ainda tava entregando essa moto no pátio da transalvador e o pessoal ainda não queria receber. E isso a gente já tinha ido para a 10ª delegacia. E, então isso tudo vai deixando você ... Isso aí é o mínimo! Fora as outras coisas. Então, o trabalho policial influencia sim. (Guerreiro)

Essas falas vão ao encontro das narrações dos policiais militares do Rio de Janeiro, na pesquisa realizada por Minayo (et all, 2008) em diversos aspectos. No que se refere à experiência cotidiana de lidar com situações ruins no ambiente de trabalho, transcrevemos a fala de um policial da graduação de praça, do Rio de Janeiro, entrevistado pela autora:

Você, no caso, tem de acompanhar o seguinte: está sentado numa radiopatrulha às 7 horas da noite e vai sair de dentro dela às 7 horas da manhã, assistindo, durante essas 12 horas, durante a madrugada, á tudo quanto é desgraça! Mesmo que não seja com você. Mas assistir a tudo quanto é desgraça não é brincadeira, não! E isso durante anos, não é mole, não! Eu já acho o policial forte até demais. (Minayo et all, 2008, p. 227)

O estresse foi o mais relatado enquanto problema desencadeado pelo exercício da profissão policial militar, atrelado à vivência cotidiana da violência em suas vidas e as pressões do ambiente de trabalho. No que se refere à vivência da violência pelos policiais militares, Minayo (et all, 2008, p. 185) pontua que “Ser policial já é em si um risco, na percepção desses trabalhadores.” E complementa:

Os policiais militares são aqui tratados como categorias que atuam sob elevado ‘risco’ epidemiológico e social. O risco epidemiológico diz respeito à probabilidade de ocorrência de lesões, traumas e mortes e oferece parâmetros aos policiais quanto à magnitude dos perigos e os períodos e locais de maior incidência de tais eventos. (idem)

Existem diversas perspectivas de apreensão do conceito de estresse. Para o objetivo desse trabalho elencamos o conceito de estresse ocupacional “[...] definido como um processo em que o indivíduo percebe demandas do trabalho como estressoras, as quais, ao excederem sua habilidade de enfrentamento, provocam-lhe reações negativas.” (MINAYO et al, 2008, p. 219)

Apesar de relatarem a perspectiva de que a polícia militar enquanto instituição possibilita uma série de atividades que podem levar o policial ao uso problemático de substância psicoativa, como o alto nível de estresse; alguns policiais entrevistados acreditam que suas experiências pessoais de uso problemático de “droga” não tem relação com a instituição. Como nessas falas:

No meu caso, eu não vejo relação. Eu quando entrei na polícia, eu já vim de uma família militar, forças armadas, vim da marinha pra polícia. Eu já queria ser polícia, eu já sabia como seria! Então eu não vejo relação a isso comigo. Mas vejo muita relação com várias outras pessoas. Inclusive eu tenho um tio, quer dizer, ele é falecido, policial, que ele ficou doente também em decorrência dessa violência. A violência na verdade ela é conturbante pra todos os lados. E a violência [...] nós vivenciamos não só na parte profissional, mas emocional também. Ela é responsável por uma grande parte de desequilíbrio emocional. (Marrom)

Rapaz, particularmente falando, na minha vida mesmo, não teve nada a ver com a questão da polícia porque, como eu te falei, o meu grande problema ... eu tive isso como um refúgio da morte do meu pai. Mas o que eu percebo é que nossa rotina é uma rotina muito pesada, entendeu? Em termos de coisas, de fatos ruins que vem acontecendo. A gente vê os colegas da gente morrendo. (Azul)

Apesar dos entrevistados afirmarem não ver relação do cotidiano profissional com o uso problemático de drogas, esta duplicidade de sentido aparece nas duas falas, quando demarcam este impacto na vida dos policiais. Em outro momento, esta questão é trazida pelos mesmos policiais de forma mais objetiva.

Eu já vi gente, colega meu, que após um auto de resistência ele que ficou na depressão, pediu pra sair da guarnição, pediu pra trabalhar interno, administrativamente. Imagina aquele trauma que ele teve ali quanto tempo vai durar! Ou se não se transforma numa coisa maior. Aquele sentimento de culpa, de tirar uma vida, né! Vai depender da criação dele! Se foi uma criação muito religiosa, espiritualista, aquele trauma ali vai corroer até que ele possa se desesperar e também entrar numa dessas vertentes aí como fuga. (Marrom)

(...) porque é uma rotina muito pesada. E, apesar de eu não gostar de ir pra casa eu gostar de ficar no trabalho... Só que é uma influência muito negativa. Lidar com gente morta, tem os ***²³ né, que deixa a gente azuado de madrugada. Influenciou de uma certa forma, mas acho que bem pequena. Mas acho que o que me levou mesmo pras drogas foi por eu estar num momento fragilizado, com a saudade de meu pai imensa. (Azul)

23 O policial falou um código que significa “Alerta Geral”, mas que por motivo de segurança, apesar do policial ter falado, não será divulgado no presente trabalho por se tratar de um código sigiloso de uso dos policiais militares.

No decorrer da entrevista observa-se que alguns policiais tiveram surtos psicóticos durante o período em que consumiram drogas. Situação que foi relacionada por eles ao ambiente de trabalho.

Então chega uma hora que a panela de pressão explodiu e o soldado que já tava também cheio de problemas na vida profissional, respondendo processo por causa de vagabundo... o cara pega o vagabundo hoje que atira no cara e você que vai ser ouvido. Audiência por cima de audiência! Pressão no quartel; não pode chegar atrasado, não pode faltar ao serviço pra dar assistência em casa! E quando você se vê pressionado, aí... “Vamos ali tomar uma cerveja”!. (Marrom)

Mas pra passar a ser problema realmente... Na verdade houve (...) um agravamento maior depois que eu perdi um colega. (...). Assassinado. Ele era policial. Em serviço, indo pro serviço! Ele era muito amigo meu, amicíssimo. Pra dizer melhor: era o único amigo que eu tinha na polícia! (Guerreiro)

No dia que eu surtei mesmo foi quando (...) mataram um colega meu lá na *, que era policial também. (Azul)

O caso de Azul, apesar dele não ver relação entre o uso da cocaína e o trabalho, o que se percebe nos seus relatos é que o uso problemático se iniciou a partir de vivências relacionadas à instituição, uma vez que antes da morte do colega ele fazia uso da droga sem maiores problemas:

Eu fiquei 2 anos usando droga, nunca tive problema nenhum, aí em menos de 6 meses tive esses dois surtos. Tive esses dois problemas aí. Mas só que eu fiquei muito tempo usando droga e não tive nada, tive consequência nenhuma. Conseguia trabalhar normalmente, tinha uma vida social normal. Mas de uns seis meses pra cá que eu comecei a ficar trancado dentro de casa. Aí foi quando eu realmente tava já tendo consequências do uso abusivo da droga. (Azul)

Outro aspecto se refere ao fato de que os policiais apesar de reconhecerem que o trabalho exercido carrega condicionantes que podem se relacionar ao uso de “drogas”, como o estresse, a pressão, a violência e a sensação de violência, a constante vigilância, etc.; retratam como essas questões afetam/afetaram outras pessoas e não eles próprios. Uma perspectiva de análise possível é que, para esses policiais, reconhecerem que são afetados por esses aspectos os afastariam do que se entende por ser-policial-militar, uma vez que teria que admitir suas fraquezas, medos, frustrações no que se refere ao exercício profissional. É o que vimos na fala de Marrom quando diz que “a violência é conturbante!”, mas justifica o fato dessa violência e os dilemas do serviço diário não afetá-lo pessoalmente por já ter outras vinculações com o mundo militar, além do que ele já queria ser policial e já sabia pelo que passaria. Ainda nesse aspecto de negação da relação profissional com o uso de droga, outra possibilidade é a de que os policiais entrevistados têm dificuldade de identificar de que forma essa pressão, esse estresse, enfim, esses condicionantes sociais advindos do

trabalho interferem negativamente na sua vida. Nesse sentido, Oliveira (apud SANTOS, 2013, p. 46) ressalta que:

[...] o estresse causado pelo trabalho pode não ser o fator determinante, mas é um motivo, um facilitador para que a dependência química se instale no meio laboral. Nesse sentido, as drogas funcionam como aliadas na redução do estresse, emprestando energia ao trabalhador que se encontra fragilizado.

Uma demarcação importante que apareceu nas entrevistas é o fato de que as condições de trabalho não são vivenciadas da mesma forma por policiais de todos os setores. A vivência de situações conflituosas, de estresse no ambiente e trabalho, retratado pelos policiais entrevistados, bem como sua relação com o uso problemático de drogas, foi apresentado pelo entrevistado Guerreiro como uma vivência própria dos policiais que estão na linha de frente, no serviço operacional. Ou seja, este policial identifica a diferença entre policiais do serviço operacional e do burocrático (ou administrativo) no que tange aos dilemas que perpassam a vida do policial e, conseqüentemente, a sua possibilidade de uso problemático de drogas.

(...) [se] você só trabalha aqui dentro, eu duvido que você vá desenvolver um vício de uso de droga! Porque você, entre aspas, não vai ter motivo. Você vai trabalhar, tirar seu horário administrativo, vai pra faculdade, já formou... Então sua vida vai ser aquilo ali: tranquila! Mas se você for ver, vocês tem muita frequência de policiais com problemas de álcool. Procure ver se a maioria não trabalha na rua! E aqueles que não trabalham, já vem com [o vício]. Então, a grande maioria que você vai atender aí são da área, ou então aquele polícia que já é velho e criou hábito de fazer o uso de drogas. Você vê pouquíssimos que trabalham interno. A grande maioria trabalha na rua. (Guerreiro)

Esse posicionamento trazido pelo policial corrobora com a pesquisa documental realizada no DPS. Os dados colhidos demonstram que, aproximadamente, 85% dos policiais atendidos pelo setor de Serviço Social do DPS são oriundos de unidades operacionais. Destacamos que existe a possibilidade desses policiais, mesmo sendo de unidades operacionais, exercerem serviço burocrático, o que não tem especificação nas fichas de acompanhamento, uma vez que as unidades operacionais necessitam de um efetivo para exercer o serviço burocrático. No entanto, esta situação equivale a uma pequena parte do efetivo total.

Essa perspectiva é confirmada por Minayo (et all, 2008, p. 201) quando expõe, a partir de dados epidemiológicos e estudo qualitativo, que os policiais se vêem em constante risco por exercerem a profissão, mas esse risco é sentido de forma mais contundente nos policiais que exercem a atividade operacional:

[...] tanto a sensação como os riscos reais se manifestam muito mais intensa e claramente entre aqueles que trabalham no confronto direto, ou seja, os operacionais, principalmente os cabos e soldados. São estes últimos os que formam o *front* das operações: 'Somos a isca da Polícia', dizem eles. Ou ainda, como refere um soldado que atua nos serviços operacionais: 'O nosso trabalho é o próprio risco'.

Essa perspectiva trazida por Minayo (et all, 2008) amplia um pouco a discussão, uma vez que, para além da divisão entre policiais que vivenciam o risco entre os do serviço operacional e o burocrático, existe essa diferenciação entre praças (e entre eles, os cabos e soldados) e oficiais. Em outro momento a autora infere que:

As situações perigosas vividas por eles [os oficiais] são mais ocasionais, pois acontecem em momentos especiais em que são chamados para atividades de confronto – ou, como dizem, de “combate” – e precisam “tomar decisões arrojadas”. Como a ordenação corporativa é hierárquica, a eles cabe deliberar. E quando há um mau ou equivocado planejamento, as chefias colocam em risco não apenas a si mesmas como a todos os seus subordinados (idem, p.202).

O papel social da polícia militar no que tange ao porte de drogas consideradas ilícitas, perpassa pela contradição vivida pelo policial que faz uso desse tipo de droga. Um dos policiais relatou sua falta de preparo para lidar com a situação de uso problemático de cocaína e atribui a isso o caráter contraditório em que se viu:

Até porque quando a gente entra, a gente não tem um preparo, a gente não é preparado pra isso, né. A gente é preparado pra combater, não pra lidar com a situação inversa. É meio complicado o policial que usa droga, né. O cara que é pra combater a droga, tá usando. (Azul)

Os entrevistados ressaltaram também a sub-notificação dos casos envolvendo policiais que fazem uso de drogas, ou melhor, afirmam que existem policiais que não tem coragem de solicitar ajuda:

[...] infelizmente tem colega nosso que tá ... e é caladinho. Eu trabalhei lá na *** mesmo, não vou falar o nome também, mas gente que eu sei que tá passando por problema sério ali, mas... uma vez eu peguei um homem que já passou de ir pra reserva tava lá se choramingando, quase sozinho, antes de subir a escada de sair do alojamento, eu não falei porque não dá nem espaço, mas ele tava lá falando sozinho. (Marrom)

Questionado sobre o conteúdo da fala deste sujeito, o entrevistado informou:

Que a vida tá uma desgraça. (Marrom)

Essa fala corrobora com o que Santos (p.18, 2013) afirma:

Então detecta-se, um quantitativo considerável de policiais que recorrem ao silêncio em vez de buscar ajuda. Essa atitude talvez se dê pelo fato de que na cultura policial militar, existe a tendência da concepção das drogas a partir do paradigma da transgressão disciplinar e do desvio de conduta.

Nessa mesma linha, Minayo (2008, p 192) identifica como uma dificuldade os policiais reconhecerem a situação de fragilidade vivenciada e buscarem atendimento:

Apesar da existência de oficiais psicólogos em alguns batalhões, a procura por algum tipo de atendimento de apoio não faz parte da cultura da corporação: ou os policiais têm medo de serem reconhecidos como fracos ou os problemas atingem camadas existenciais muito profundas, não consideradas no serviço de atendimento que lhes é oferecido. (Minayo, et al, p. 192)

No caso de Salvador, nenhuma unidade de polícia conta com atendimento psicológico o que ainda agrava o problema. Esse atendimento só está disponível no Departamento de Promoção Social – DPS.

4.7 O USO PROBLEMÁTICO INTERFERE NO “BOM ANDAMENTO DO SERVIÇO”?

Quando questionado sobre se a situação de uso de drogas interfere de alguma forma no trabalho dos policiais, um dos entrevistados questiona:

Se interfere [...] no bom andamento do serviço? (Selva)

A partir desta fala, nos questionamos sobre o que seria se a idéia de “bom andamento do serviço” trazida pelo entrevistado. Esta ideia parece presumir que as ocorrências serão prontamente atendidas por um policial apto para o trabalho, de acordo com o que exige as legislações que versam sobre a instituição e, principalmente, os valores atribuídos aos policiais militares.

Quanto ao prejuízo para o “bom andamento do serviço”, este só é percebido pelos entrevistados quando o policial está sob o efeito do álcool, de modo que outros dois policiais alegam não haver nenhum tipo de prejuízo levando em consideração suas experiências pessoais:

Eu acho que só na minha família mesmo. Eu ia trabalhar tranquilamente. Nunca faltei trabalho por isso. Quer dizer, na última vez que eu surtei foi que eu faltei ao trabalho. Fui internado. Mas nunca deixei de trabalhar, nunca faltei serviço. (Azul)

Não interfere não. (Guerreiro)

Desse modo, dos policiais entrevistados, dois deles afirmam que o uso de “drogas” interfere no serviço nas seguintes situações:

Se o cara perde a concentração, se o cara tá sob o efeito de álcool ele perde a concentração e pode também fazer coisas que, vamos dizer assim, que ele no seu estado normal não faria. (Selva)

Se a pessoa não está lúcida, não está sóbria, se ela está cheia de problemas, se ela tem desejo, se ela tem compulsão, ela com certeza não vai ter um bom rendimento no trabalho, em qualquer trabalho! Não é [só] na atividade policial. É em qualquer trabalho, em qualquer trabalho que exija uma certa destreza. E o trabalho policial... ela exige muita destreza. Imagina: tá todo mundo pronto pra uma situação que pode acontecer a qualquer momento.. O cara tá, ou nervoso por uma compulsão, ou ansioso, ou depressivo, ou simplesmente tenha bebido e foi trabalhar, né. Vai ser um a menos e um a mais pra preocupar. Isso eu digo na experiência que eu tive na rua. (Marrom)

A questão da necessidade de estarem todos “prontos para” e “em condições de” exercer a profissão, ou qualquer missão do serviço diário, exige que todos os policiais estejam aptos e em

sintonia, como infere Minayo (et all, 2008, p. 204):

A experiência corporativa de estresse intenso e de perigo sempre ronda o corpo e a alma. E, sobretudo, os sargentos e soldados mencionam o fortalecimento da união das equipes de trabalho: “Um precisa proteger o outro”, “É o medo de morrer que aproxima”, como um efeito-necessidade das situações e condições de risco

Além da questão de união e aptidão entre todos, a “destreza” e “concentração” que os policiais devem possuir no exercício profissional é de suma importância, além de ser bastante cobrado, uma vez que disso pode depender a vida do próprio sujeito e/ou de outros/as:

O profissional de segurança pública, mais especificamente, o PM, carrega implícito em seu papel a responsabilidade de promover o bem-estar da população, mantendo a calma, controle e coerência em suas ações. Tais fatos levam-no a defrontar-se o tempo todo com a polaridade: expectativas versus limitação, além de favorecer um intenso gasto de energia, na busca pela manutenção de estereótipos e representações, reforçando a imagem de força e imunidade. Tais representações em muito contradizem suas experiências corriqueiras de impotência, não-saber e fragilidade (OMENA; ALVES apud SANTOS, 2013).

Neste sentido, uma situação bastante perigosa quanto ao uso problemático de substâncias psicoativas por policiais é quanto ao uso de arma. Um dos policiais relatou uma experiência:

[...] eu já tive que pegar um sargento que parou a Paralela. Ele bêbado, armado, fardado, dormiu na Paralela. Ele também faleceu bebendo, morreu de cirrose.

Uma perspectiva que destoou das outras foi do entrevistado Azul que além de afirmar que “ia trabalhar tranquilamente”, remete o significado social importante que tinha o trabalho na vida dele principalmente no período em iniciou o uso problemático da droga:

[...] eu piorei muito porque eu tava começando a usar demais, demais! Não saía de casa. A única coisa que me dava vontade de fazer era trabalhar. Eu ia trabalhar! Aí não dava nem vontade de voltar pra casa mais. (risos) Que era o único momento que eu não usava droga, era quando eu não estava trabalhando. (Azul)

A profissão policial militar exige do profissional atenção, pois o efeito surpresa é uma das possibilidades do cotidiano profissional. Desse modo, as ocorrências policiais, em sua maioria, são situações em que não se sabe qual o resultado. Neste sentido, o uso de substâncias psicoativas são identificadas pelos policiais enquanto um problema para o desempenho policial quando se faz o uso estando em serviço operacional, impactando na destreza, agilidade, etc.

4.8 RELAÇÃO COM OS SUPERIORES HIERÁRQUICOS

A discussão sobre a relação dos policiais militares que fazem uso problemático e os seus superiores hierárquicos foi levantada uma vez que a estrutura piramidal da PMBA interfere das diversas formas na vida dos sujeitos envolvidos. Desse modo, o local em que determinado

indivíduo se localiza nessa estrutura vai repercutir no modo como ele viverá essa situação de uso problemático de drogas.

A postura adotada pelos superiores hierárquicos, na visão dos entrevistados, é de colaboração e ajuda, que varia a depender de características próprias de cada superior:

O gestor, quando comecei a apresentar problemas, [...] ele me ajudou! Teve paciência, e meu problema foi solucionado. Geralmente a maior parte deles tenta solucionar da melhor forma. (Marrom)

Alguns procuram ajudar, né. Pelo menos aqui na companhia, nessa companhia aqui, eu vejo que existe uma preocupação dos oficiais. Não só dos oficiais, mas também os comandantes da unidade... Esse comandante aí agora como ele vê policial que faz uso, [...] a postura dele com relação a esses tipos de policiais [...]. Mas enfim, eu vejo que o pessoal, o comandante anterior, eles se preocupavam, os oficiais também “não quer que eu lhe encaminhe?” Perguntava: “ói, você quer, eu ajudo”. Tinha aquela preocupação com os policiais. (Selva)

Mas eu tô tendo apoio total. Principalmente do sub-comandante que é quem tá me acompanhando mesmo, sempre que me vê para pra conversar comigo. Tá me dando um apoio grande. Foi ele que me indicou pra que eu ficasse no administrativo [...]. Ele disse que quando eu estivesse preparado pra ir pra área; que é só falar com ele. (Azul)

[...] quando ocorre isso, quando chega aos ouvidos, ao conhecimento de oficiais, que aquele policial praça passa por essa situação... alcoólatra ou bebe muito [...] uns se preocupam. Mas sempre vejo assim com um ar de que não liga muito pra ser amigo daquele policial. Não liga muito pra ser amigo porque às vezes mancha! Eles sabem que o álcool às vezes faz manchar o homem. A bebida demais, em demasiado, mancha o homem! Então, o oficial às vezes se preserva. Fala, tal, dá um conselho. Mas a gente sente que não chega ser aquela coisa amiga, amiga mesmo, pra tentar resolver. Se bem que na verdade quem tem que tentar resolver é próprio policial que está prejudicado com a bebida. (Juca)

Numa abordagem mais aprofundada, outro policial relata sua experiência pessoal quando apresentou problemas relacionados ao uso abusivo de álcool:

Eu não vejo! Vejo caso de deixar de lado, não ligar, tirar a pessoa da rua, deixar no serviço mais tranquilo. Só que não trata, ne!? Eu acho que é como um câncer! Se não chegar pra pessoa querendo e a outra dando apoio pra resolver na hora, só vai crescendo. Porque você tira a pessoa, isola, a pessoa acrescenta já na questão emocional e na dependência dela, já outra situação que é a exclusão. Ela se acha sem nenhuma utilidade. Poxa, o cara formou, [...], o cara já prendeu, agora vai varrer uma cozinha, vai limpar a cozinha, vai varrer o chão do quartel, vai lavar uma viatura, entendeu? (Marrom)

Essa postura foi observada durante o período de estágio e no próprio DPS, quando os policiais que apresentavam algum tipo de problema de cunho psicológico em especial, os gestores veem como alternativa a retirada deles da área (numa visão aparentemente de prevenção para que não aja maiores problemas para o próprio policial, para a sociedade e para a gestão) e a colocação em atividades internas ao quartel. Dessa forma, são colocados para trabalhar em serviços como a limpeza do quartel, como relatado pelo policial Marrom. Essa perspectiva é citada por Santos (p.27, 2013) quando situa essa questão na solução encontrada pelos gestores os quais, ao levar em consideração a exposição da instituição PMBA, transferem os policiais para outras atividades.

Situação que é relatada por policiais nessas condições ao expressarem tal situação vivenciada no momento do atendimento com a assistente social. Diziam eles:

A solução para parte dos casos seria o remanejamento para atividade administrativa. O policial antes útil e operacional passa a exercer a atividade de serviço geral (faxineiro), a fim de evitar exposição da imagem da instituição. Essa transferência de local de trabalho pode reforçar a identidade do policial como desviante, sendo estigmatizado e rotulado diante dos membros da instituição militar e da família. Essa redução de papel era exposta em basicamente todos os atendimentos, nos quais os policiais se apresentavam com baixa autoestima sentindo-se desvalorizados, em virtude da ausência de reabilitação profissional por parte da PMBA. (SANTOS, 2013, p.27)

O soldado Azul é um exemplo. Após o seu internamento em clínica psiquiátrica devido a surto psicótico e sua relação com o uso de drogas, voltou ao serviço e foi retirado do serviço operacional. O policial identifica isso como um apoio dado pelos gestores:

Foi ele [o subcomandante] que me indicou pra que eu ficasse no administrativo. Ele disse que quando eu estivesse preparado pra ir pra área que é só falar com ele. (Azul)

Essa mesma medida é adotada também pela PMRJ, como infere Minayo (et all, 2008, p. 228) quando diz: “Ao apresentar um problema de ordem psicológica reconhecido pela chefia, geralmente o policial é colocado em uma atividade-meio ligada à parte administrativa.” Essa atitude pode ser enquadrada muito mais como alternativa para amenizar o problema do que realmente tratar, cuidar, “resolver”. Como o policial Marrom relata o sofrimento psíquico desses policiais por se sentirem excluídos, sem utilidade: “Porque você tira a pessoa, isola, a pessoa acrescenta já na questão emocional e na dependência dela, já outra situação que é a exclusão.”

Nesse sentido, o soldado Marrom, ao passo que afirma que colocar esses policiais em atividades como de serviços gerais prejudica mais na situação de uso, indica quais deveriam ser as medidas adotadas quando um policial viesse a passar por problemas como esses:

Eu acho que essas pessoas tem que colocar pra praticar um esporte; botar um programa de inclusão na polícia; fazer um projeto pras pessoas, um teatro, alguma coisa assim. (Marrom)

O apoio, na visão dos entrevistados, com relação aos superiores hierárquicos mantém relação com “conselhos”, encaminhamento para o DPS/Sevap e retirada do serviço operacional, mas que não chega a ter maiores repercussões nas condições de saúde mental do policial.

As regras postas pela instituição Policial Militar demandam que seus componentes assumam determinados comportamentos pressionando os policiais de tal forma que as exigências do trabalho profissional, muitas vezes, estão além das condições destes sujeitos. Podemos citar o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM), já mencionado, como um dos mecanismos de pressão imposta aos policiais. Nesta direção, Minayo (et all, 2008, p.148) traz o depoimento de um policial

da PMRJ muito significativo:

(...) Na minha opinião, o regulamento é muito rígido, não deveria existir a pessoa faltar a um serviço e ficar dez ou 15 dias sem ver seus familiares. Por que não dá serviço extra para o faltoso? (...) Na minha opinião, isso não passa de um abuso de superiores. Isso tem de acabar um dia. (...) Não existe o policial ser excluído só por indisciplina, sem cometer qualquer crime ou falta grave fora do seu serviço. (...) É um abuso, uma covardia. (...) Um abuso de autoridade!

Quanto a essa possibilidade de demissão do policial atribui-se que a falta de reconhecimento da dependência de drogas enquanto doença, remonta à visão de práticas decorrentes do uso problemático de drogas como irresponsabilidade. Essa perspectiva vem amparada na cultura organizacional de um/a profissional ideal, que tem como características imanescentes a bravura, virilidade, respeito. Dessa forma, até o próprio policial se culpabiliza pelo uso problemático, uma vez que internaliza essa tendência de que ao se afastar do ser-policial-ideal, torna-se um “desviante”, uma pessoa que precisa se “ajustar”, como se a culpa fosse tão somente do indivíduo.

Nesse sentido, não se analisa o quanto o contexto social em que o profissional está envolto e as condições em que sua atividade profissional é exercida, bem como as exigências postas ao se exercício, contribuem para o uso problemático de “drogas”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, ao longo deste estudo, que o uso de substâncias psicoativas por humanos remonta a épocas longínquas. No entanto, esse uso se tornou pauta de discussões e problematizações a partir da modernidade, principalmente no que se refere ao uso problemático de determinadas substâncias psicoativas. As “drogas” não foram aqui analisadas enquanto substâncias portadoras de autonomia, mas sim enquanto inseridas em um contexto social, delimitado por seu uso problemático. Dessa forma, é importante destacar que mesmo o uso de substâncias quimicamente iguais têm impactos diferentes de acordo com o contexto de vida e trabalho de cada sujeito. Por isso, a substância é o que menos importa nessa discussão. O que de fato ressaltamos é o sujeito com seus dilemas, demandas, que em algum momento da vida começou a ver na droga o refúgio e o caminho para lidar com essas questões.

A condição de trabalhador dos policiais militares pode, de alguma forma, o igualar a qualquer outro trabalhador. No entanto, conforme analisado, o trabalho do policial tem suas particularidades, que podem ser dimensionadas através do nível de exigências que lhes são atribuídos, que se traduzem na extrema competência, lucidez, coragem, firmeza, não levando em consideração as frágeis condições de vida e trabalho desses sujeitos. Algumas características que expressam a condição desses trabalhadores são materializadas na falta de reconhecimento, nos baixos salários e no grau autonomia ocupada dentro da corporação. Esse conjunto de exigências impacta nas diversas esferas da vida dos policiais, fragilizando suas condições objetivas e subjetivas de existência.

O ambiente de trabalho e as condições em que ele se concretiza foi pauta da pesquisa realizada. Na análise, foi constatada a contradição na fala dos entrevistados quando questionados sobre a relação do uso de drogas com o seu trabalho. Quando questionados objetivamente, os policiais entrevistados informaram num primeiro momento que o seu uso não tem relação com a profissão. Porém, durante o curso da pesquisa, relatam uma série de questões relacionadas ao trabalho que impactam na sua saúde mental e conseqüentemente, no uso problemático de drogas. Assim, situações de impacto profissional, como a morte violenta de colegas de trabalho, elemento que perpassa a profissão, foram pontuadas como fatos que marcaram o início do uso compulsivo/problemático de substâncias psicoativas. Isso demonstra como o trabalho do policial pode impactar na vida do sujeito no que se refere a questão do uso de “drogas”, principalmente no seu uso problemático.

Durante a pesquisa foi percebido que o uso de álcool é extremamente naturalizado e até incentivado, uma vez que é visto como parte da cultura policial militar. Por sua vez, o uso de drogas ilícitas (qualquer que seja) é estigmatizado e criminalizado. Essa premissa faz com que a substância

assuma uma perspectiva de “autonomia” sobre o sujeito, uma vez que este será caracterizado de acordo com a substância de uso.

A estrutura para atendimento dessa problemática fora da PMBA é frágil e não está estruturado para atender as enormes demandas sociais que são geradas nesta área. Além disso, ressaltamos que a atividade policial carrega algumas peculiaridades, uma vez que a busca por atendimento público expõe a contradição esperada pela sociedade de um sujeito simbolicamente forte. Afora isso, o uso de substâncias que são consideradas ilícitas impõem aos sujeitos que fazem uso uma condição de “criminoso”. Dessa forma, o policial militar, convocado pelo Estado para conter o crime acaba por ficar numa situação contraditória. Ainda que essa condição não seja uma decisão puramente individual, uma vez que mediada por outras tantas condições de vida que o levam a fazer esse uso, o policial sofre duplamente por não ter o apoio institucional e temer o apoio extra-institucional, pois acaba por expor sua vida devido à possibilidade de ser reconhecido por alguma sujeito que também seja dependente de “drogas” e que já tenha tido envolvimento em alguma ocorrência policial.

Os serviços para o atendimento dessa situação de uso problemático de drogas teriam que ser ampliados, tanto dentro da própria instituição policial militar, que já é frágil, pelo contexto já analisado, como também na sociedade de um modo geral. O efetivo do DPS e seu corpo técnico é escasso diante do quantitativo total de policiais da Polícia Militar da Bahia. Paralelo a isso, a questão do uso problemático de substâncias psicoativas deve ser enfrentado de forma mais contundente com vistas à programas e projetos internos para evitar não só a dependência de drogas, mas também a estigmatização e discriminação dos policiais nessa condição; abordagens que visem a identificação de policiais que fazem uso problemático de “drogas”, programa específico para policiais já atingidos com essa demanda; bem como trabalhos de prevenção.

Foi constatada a relação do trabalho com o uso de drogas na presente pesquisa, mas esta temática merece mais estudos, dado a escassez de análises científicas da problemática em si, que impacta na vida não só dos policiais e de sua famílias, mas também da população que depende do trabalho destes sujeitos.

É necessário, portanto, se pensar políticas públicas e projetos institucionais condizentes com a realidade vivenciada por esses sujeitos, dado número de notificação a partir da pesquisa documental e os não notificados, problematizados nesse trabalho, que vão além da divisão moralista entre uso de drogas lícitas e ilícita, e que tenham como base o respeito aos direitos humanos e consolidação da cidadania, equidade e justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. **Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia**. Lei nº 7.990, 2001. Empresa Gráfica da Bahia, 2001.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. / tradução Maria Luiza X. De Borges; revisão técnica Karina Kuschnir. - 1. ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2008.

BELLO, Luis Alfonzo. Desafios da transferência da evidência científica para o desenho e implementação de políticas sobre o uso de substâncias psicoativas. In: RONZANI *et all*, [organizadores]. **Redes de Atenção aos Usuários de Drogas**. – São Paulo: Cortez, 2015.

COSTA, P. H. A; COLUGNATI, F. A. B; RONZANI, T. M. As redes de Atenção aos usuários de álcool e outras drogas. In: RONZANI, et all, [organizadores]. **Redes de Atenção aos Usuários de Drogas**. – São Paulo : Cortez, 2015.

ESPINHEIRA, C. G. A. Os tempos e os espaços das drogas. In: TAVARES, ALMEIDA, FILHO (Orgs.) [et al.]. **Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo**. – Salvador: EDUFBA; CETAD/UFBA, 2004.

IORE, Maurício. **Uso de drogas: substâncias, sujeitos e eventos**. - Campinas, SP : [s.n.], 2013. Disponível em: < http://www.neip.info/downloads/Fiore_Drogas_Sujeitos_2013.pdf >, acesso em: 05 de Agosto de 2017.

_____. Prazer e Risco: uma discussão a respeito dos saberes médicos sobre uso de “drogas”. In: LABATE (Orgs.) [et al.] **Drogas e cultura : novas perspectivas**. - Salvador : EDUFBA, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

KARAM, Maria Lucia. Sem o fim da “Guerra às Drogas” não haverá desmilitarização. In: KUCINSKI [et all]. **Bala perdida : a violência policial no Brasil e os desafio para a sua superação**. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2015.

MACRAE, Edward. Abordagens qualitativas na compreensão do uso de psicoativos. In: TAVARES, ALMEIDA, FILHO (Orgs.) [et al.]. **Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo**. – Salvador: EDUFBA; CETAD/UFBA, 2004.

_____. Antropologia: Aspectos Sociais, Culturais e Ritualísticos In: **Dependência de drogas**, Seibel, S. D. e Toscano Jr., A., São Paulo, Editora Atheneu, 2001, pp., 25-34.

MINAYO, Maria Cecília de Souza [et all](orgs.). **Missão Prevenir e Proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. - Fundação Oswaldo Cruz, 2008.

MARTINS, Valmir Farias. **O papel da cultura organizacional “Milícia dos Bravos” na ocorrência do assédio moral – um estudo na Polícia Militar da Bahia**. / Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, 2006. Disponível em: < http://www.assediomoral.org/IMG/pdf/Valmir_Farias_Martins_-Mestrado_Assedio_moral_na_PM_Bahia.pdf >, acesso em 01 de Agosto de 2017.

_____. **Policimento Comunitário e cultura organizacional: estudo de caso do processo de modernização da Polícia Militar da Bahia**. - 2012. Disponível em: <

<http://tede.unifacs.br/tede/handle/tede/163> >, acesso em 01 de Agosto de 2017.

MENA, Fernanda. Um modelo violento e ineficaz de polícia. In: KUCINSKI [et all]. **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para a sua superação.** - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2015.

OLIVEIRA, Laudicéia Soares. **“TETO DE VIDRO”: Relações de Gênero, Relações de Poder e Empoderamento das Mulheres na Polícia Militar.** – Salvador, 2012. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7823/1/Tese%20C%3%A9ia.pdf> >, acesso em 23 de Agosto de 2017.

PAIM, Jairnilson Silva. **A Reforma Sanitária e o CEBES.** Rio de Janeiro: CEBES, 2012.

PEREIRA, Potyara. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione [et all]. **Política social, família e juventude : uma questão de direitos.** - 6. ed. - São Paulo : Cortez, 2010.

SANTOS, Ana Cláudia Maria dos. **A interseção entre saúde e segurança pública: um estudo sobre prevenção, reabilitação e reinserção de policiais militares adictos** - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Direito, 2013. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17046/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Ana%20Cláudia%20Maria%20dos%20Santos%20-%202013.pdf> >, acesso em 01 de Agosto de 2017.

SILVA, Antônio Vital da. **Polícia Militar da Bahia em Revista.**- Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2010.

SOARES, Luís Fernando. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias?. In: Kucinski, Bernardo [et all]. **Bala perdida : a violência policial no Brasil e os desafios para a sua superação.** - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2015.

VARGAS, Eduardo Viana. **Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de “drogas”** – 2001. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/VCSA-78CSU2> >, acesso em 01 de Agosto de 2017.


_____. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas In: LABATE (Orgs.) [et al.] **Drogas e cultura : novas perspectivas.** - Salvador : EDUFBA, 2008.

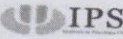
ZALUAR, Alba. **Drogas além da biologia: a perspectiva sociológica.** 2011. Simpósio Drogas, Rio de Janeiro. Disponível em: < http://nupevi.iesp.uerj.br/artigos_periodicos/simposiodrogas.pdf > , acesso em 14 de Agosto de 2017.

_____. Pesquisando no perigo com jovens vulneráveis: que ética? In: **Ética e Pesquisa com Populações Vulneráveis.** TAQUETTE Stella, PEREIRA CALDAS, Célia (orgs). Ed. UERJ, Rio de Janeiro, 2012.

ANEXOS

ANEXO I - Solicitação ao Comandante Geral da PMBA para realização da pesquisa a partir do Departamento de Promoção Social da PMBA:


 Serviço Público Federal
 Universidade Federal da Bahia
 Instituto de Psicologia


 IPS

Salvador, 05 de Junho de 2017.

Senhor Comandante Geral,

Solicitamos a V.S.^a autorização para realizar pesquisa no Departamento de Promoção Social-DPS da Polícia Militar da Bahia - PMBA com objetivo de entender a trajetória vivida pelos policiais militares de Salvador/BA que fazem uso de substâncias psicoativas.

Para esta análise, partimos do suposto que abordar a temática “drogas”, sem problematizar a complexidade do tema nos seus mais variados âmbitos, tem desencadeado uma relação simplista e pragmática. Esse processo desemboca numa visão estigmatizada do usuário e da droga que pode influenciar na postura como ele será tratado pelos colegas de trabalho, superiores hierárquicos, trazendo danos para o sujeito, não só no âmbito pessoal, mas profissional e social.

Neste trabalho, nos propomos pesquisar o uso de substâncias psicoativas no contexto social do profissional de segurança pública, o policial militar. A presente pesquisa busca justamente entender a trajetória vivida pelos policiais militares de Salvador/BA no enfrentamento das dificuldades advindas desta situação.

O uso de drogas, por si só, não será o objeto principal para o qual nos atentaremos no presente trabalho, mas sim o fato deste uso se transformar em um problema para o sujeito, neste caso, o policial, considerando o meio no qual ele se insere, as exigências de sua profissão, suas estratégias de proteção social.

Nosso campo de estudo é a Polícia Militar da Bahia, uma instituição que tem por finalidade, segundo sua própria legislação, “preservar a ordem pública, a vida, a liberdade, o patrimônio e o meio ambiente, de modo a assegurar com equilíbrio e equidade, o bem estar social, na forma da Constituição do Estado da Bahia [...]” (Lei 9.848, art. 1º). No entanto, o profissional policial militar não está avesso às vicissitudes que perpassam a população em geral no consumo e/ou dependência de drogas.

DOC: 0504170472738
 DATA: 20/06/2017 HORA: :
 ASB: [assinatura] Sd PM 34.545
 Mat.: 30.297.429-0

O que suscitou o interesse pela temática foram as reflexões a partir da experiência de Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, realizado no Departamento de Promoção Social (DPS) da Polícia Militar do Estado da Bahia (PMBa).

Diante da dificuldade de estabelecer contato com policiais militares que se adequem ao perfil exigido para essa pesquisa, uma vez que são questões que demandam uma maior aproximação para poder identifica-los, solicitamos a V.S.^a a possibilidade de, através do Departamento, entrar em contato para tentar viabilizar voluntários para serem sujeitos da pesquisa ora exposta.

Os resultados da pesquisa poderão oportunamente serem disponibilizados pela instituição.

Permanecemos no aguardo de uma resposta para iniciar os trabalhos de pesquisa

Elli Glazielle de Jesus Rangel


Elli Glazielle de Jesus Rangel
Estudante de Serviço Social – UFBA
Soldado da Polícia Militar – 2ª CIPM/Barbalho

Jacqueline Samagaia

Dra. Jacqueline Samagaia
Professora do curso de Serviço Social – UFBA

Ao Senhor
Cel PM Anselmo Alves Brandão
Comandante Geral da Polícia Militar da Bahia
Praça Azpicueta Navarro, s/nº, Largo dos Aflitos, Campo Grande, Salvador-BA CEP: 40060-030

ANEXO II: Despacho Do Comando Geral da PMBA


GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
POLÍCIA MILITAR DA BAHIA

DESPACHO SEC N.º 1770-CG/17
"PM e comunidade na corrente do bem"

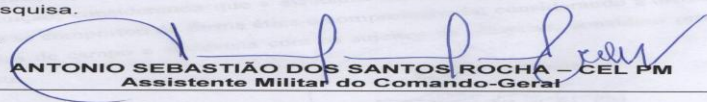
Ofício n.º 104 CAS
Proc: 0504170474765
Em: 11/07/2017

Remetente: Comando-Geral
Destinatário: Sr. MAJ PM JOSE MARCELO SANTOS ADÃES
Comandante da 2ª CIPM/Barbalho

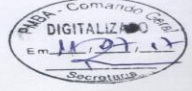
Incumbiu-me o Ex.^{mo} Sr. Cel PM Comandante-Geral de encaminhar a V.S.^a documentação anexa, com a recomendação, por obséquio, de cientificar a PFem em destaque, da autorização do seu pleito, conforme opinativo favorável do Departamento de Promoção Social PMBA.

É recomendável, portanto, que a PFem adote as medidas necessárias junto ao DPS para a realização da pesquisa.

Atenciosamente,


ANTONIO SEBASTIÃO DOS SANTOS ROCHA - CEL PM
Assistente Militar do Comando-Geral

RAAS



ANEXO III: Opativo do DPS



**POLÍCIA MILITAR DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Ofício nº.104 CAS.

Salvador, 28 de junho de 2017.

"Quem necessita do Departamento de Promoção Social deve ter plena consciência de que cada um é titular de seu próprio destino. Essa titularidade é intransferível. O nosso Serviço só pode auxiliar".

Sr. Assistente Militar do Comando Geral,

Em atenção ao Despacho SEC Nº 1599-CG/17, oriundo dessa Assistência Militar do Comando Geral, informo a V.Sª que a solicitação requerida pelas estudante de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia Elli Glazielle de Jesus Rangel e professora Jacqueline Samagaia traz uma relevância acadêmica e profissional para a instituição Polícia Militar, uma vez que as pesquisadoras buscam entender a trajetória vivida por policiais militares que fazem uso de álcool e outras drogas, problemática enfrentada diuturnamente por este Departamento de Promoção Social. Dessa forma, considerando que a produção de conhecimento da temática pode possibilitar maior aporte científico pela própria Instituição; considerando que as solicitantes se comprometeram a não divulgar informações que exijam sigilo, como a identidade de policiais militares; considerando que as solicitantes se comprometeram a disponibilizar os resultados da pesquisa para a Instituição; considerando que a estudante foi estagiária do DPS no setor de Serviço Social e sempre se comportou de forma ética e compromissada; considerando a dificuldade exposta para a pesquisa de campo e entrevista com os sujeitos da pesquisa; considero procedente a solicitação exposta.

Respeitosamente,

JORGE INACIO DINIZ - CEL PM
Diretor do DPS

Ao Ilmo. Senhor
ANTONIO SEBASTIÃO DOS SANTOS ROCHA – CEL PM
Assistente Militar do Comando Geral
End: Pça Azpicueta Navarro, s nº, Largo dos Aflitos, Campo Grande, Salvador - BA
CEP: 40.060-030

1ª VJA - SSP 2ª VJA - Arquivo do DPS Total - 02 vias SEC - CAP PM

DOC: 0504170474765 -

DATA 29/06/2017

HORA :

Vila Policial Militar do Bonfim
Av. Dendezeiros, s/nº, Bonfim, SSA - BA, CEP: 40.411-000
Recepção: 3312-3070 (atendimento)
E-MAIL - dps.cas@pm.ba.gov.br

ASS: *Antônio Sebastião dos Santos Rocha*

34.951

APÊNDICE I: Roteiro da entrevista

1. Você acha que tem uma incidência de uso de álcool e outras drogas entre policiais?
2. E qual a reação dos colegas de trabalho quando ocorre algum incidente com um policial que envolve o uso de álcool e outras drogas por ele mesmo?
3. Qual a reação das famílias dos policiais, você já vivenciou alguma situação assim? Ou seja, que envolveu uso de álcool pelos policiais?
4. Que tipo de apoio institucional e/ou extra-institucional é dado nesta situação?
5. Você acha que existe algum fator em relação ao trabalho dos policiais que possa ter contribuído com esta situação?
6. Essa situação tem alguma interferência no trabalho dos policiais que você queria relatar?
7. Qual a postura dos superiores hierárquicos com relação a policiais que fazem uso excessivo de álcool e outras drogas?